



Contabilidade Básica

Vanda Cristina



Cuiabá - MT
2015

Presidência da República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Diretoria de Integração das Redes de Educação Profissional e Tecnológica

© Este caderno foi elaborado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP – Caraguatatuba – SP, para a Rede e-Tec Brasil, do Ministério da Educação em parceria com a Universidade Federal do Mato Grosso.

Equipe de Revisão
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT

Coordenação Institucional
Carlos Rinaldi

Coordenação de Produção de Material Didático Impresso
Pedro Roberto Piloni

Designer Educacional
Neure Rejane Alves da Silva

Designer Master
Rosenil G. dos Reis e Silva

Diagramação
Tatiane Hirata

Revisão de Língua Portuguesa
Celiomar Porfírio Ramos

Revisão Final
Naine Terena de Jesus

Instituto Federal de São Paulo - Campus Caraguatatuba

Diretor do IFSP
Adriano Aurélio Ribeiro Barbosa

Diretora Geral do e-Tec
Yara Maria Guiso de Andrade Facchini

Coordenadora Geral do e-Tec
Elizabeth Gouveia da Silva Vanni

Coordenadora do Curso
Maria Dulce Monteiro Alves

Projeto Gráfico
Rede e-Tec Brasil/UFMT



Apresentação Rede e-Tec Brasil

Prezado(a) estudante,

Bem-vindo(a) à Rede e-Tec Brasil!

Você faz parte de uma rede nacional de ensino, que por sua vez constitui uma das ações do Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. O Pronatec, instituído pela Lei nº 12.513/2011, tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira, propiciando caminho de acesso mais rápido ao emprego.

É neste âmbito que as ações da Rede e-Tec Brasil promovem a parceria entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e as instâncias promotoras de ensino técnico como os institutos federais, as secretarias de educação dos estados, as universidades, as escolas e colégios tecnológicos e o Sistema S.

A educação a distância no nosso país, de dimensões continentais e grande diversidade regional e cultural, longe de distanciar, aproxima as pessoas ao garantir acesso à educação de qualidade e ao promover o fortalecimento da formação de jovens moradores de regiões distantes, geograficamente ou economicamente, dos grandes centros.

A Rede e-Tec Brasil leva diversos cursos técnicos a todas as regiões do país, incentivando os estudantes a concluir o ensino médio e a realizar uma formação e atualização contínuas. Os cursos são ofertados pelas instituições de educação profissional e o atendimento ao estudante é realizado tanto nas sedes das instituições quanto em suas unidades remotas, os polos.

Os parceiros da Rede e-Tec Brasil acreditam em uma educação profissional qualificada – integradora do ensino médio e da educação técnica - capaz de promover o cidadão com capacidades para produzir, mas também com autonomia diante das diferentes dimensões da realidade: cultural, social, familiar, esportiva, política e ética.

Nós acreditamos em você!

Desejamos sucesso na sua formação profissional!

Ministério da Educação
Agosto de 2015

Nosso contato
etecbrasil@mec.gov.br



Indicação de Ícones

Os ícones são elementos gráficos utilizados para ampliar as formas de linguagem e facilitar a organização e a leitura hipertextual.



Atenção: indica pontos de maior relevância no texto.



Saiba mais: oferece novas informações que enriquecem o assunto ou "curiosidades" e notícias recentes relacionadas ao tema estudado.



Glossário: indica a definição de um termo, palavra ou expressão utilizada no texto.



Mídias integradas: remete o tema para outras fontes: livros, filmes, músicas, *sites*, programas de TV.



Atividades de aprendizagem: apresenta atividades em diferentes níveis de aprendizagem para que o estudante possa realizá-las e conferir o seu domínio do tema estudado.



Refleta: momento de uma pausa na leitura para refletir/escrever sobre pontos importantes e/ou questionamentos.





Palavra da Professora-autora

Prezado(a) estudante,

Primeiramente quero parabenizá-lo(a) pela iniciativa de investir em seu crescimento profissional, através deste curso. Será um prazer estudarmos juntos a partir de agora, tenho certeza que você irá gostar deste desafio. Destaco como é interessante e importante nessa disciplina, o fato que você poderá perceber com o tempo. A contabilidade faz parte de nossa vida diária, como forma de controlar os nossos bens e fornecer dados para uma decisão futura.

Então, vamos começar? Um grande abraço!

Vanda Cristina– Autora.



Apresentação da Disciplina

Caro(a) estudante,

Como você bem sabe, vamos falar sobre a contabilidade e sua aplicação dentro do contexto empresarial. Mas antes, vamos abordar um pouco a sua origem qual o objetivo de sua existência, já que ela surge da necessidade de saber se os acionistas de uma determinada empresa estariam ou não tendo lucro em relação aos seus investimentos. Vamos também conhecer um pouco mais de sua função de controlar os seus bens e os estoques, além é claro, de toda a parte financeiro-administrativa, visto que a função econômica da empresa é apurar o lucro ou prejuízo do período. Durante as aulas, você aprenderá quais são as técnicas que as empresas utilizam para avaliar esses estoques, como fazem para controlar o seu patrimônio, as principais demonstrações financeiras, entre outros. Para que você possa aprender bem e assimilar o conteúdo, sugiro que participe das atividades de leituras, de pesquisas e dos exercícios propostos, pois somente dessa maneira você terá uma aprendizagem de qualidade. Saiba que tudo que aprendemos em nossa vida, em algum momento nos será útil, principalmente, no aspecto profissional. Algo do que você aprender, daqui em diante, poderá ser aplicado de forma significativa em diferentes âmbitos do seu dia a dia.

Então, está pronto(a)?



Sumário

Aula 1. Introdução a Contabilidade	13
1.1 Introdução.....	13
1.2 A contabilidade no Brasil.....	15
1.3 Conceitos e finalidade.....	17
1.4 Aplicação e função.....	18
1.5 Técnicas contábeis.....	19
1.6 Usuários da informação contábil.....	20
1.7 Áreas de atuação do contador	20
Aula 2. Patrimônio	23
2.1 Introdução.....	23
2.2 Bens, direitos e obrigações.....	24
2.3 Ativo.....	25
2.4 Passivo.....	31
2.5 Abordagem conceitual do patrimônio.....	33
2.6 Representação gráfica do patrimônio.....	34
Aula 3. Patrimônio líquido	37
3.1 Introdução.....	37
3.2 Formação do patrimônio líquido	38
3.3 A representação algébrica do patrimônio.....	39
3.4 Situação líquida patrimonial.....	39
Aula 4. Balanço patrimonial	43
4.1 Introdução.....	43
4.2 Ativo.....	44
4.3 Passivo.....	45
4.4 Patrimônio líquido.....	46
4.5 Atos e fatos administrativos.....	48
Aula 5. Demonstração do resultado do exercício	49
5.1 Introdução.....	49
5.2 Contas de resultado.....	50
5.3 Deduções: descontos concedidos e devoluções e impostos.....	50
5.4 Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados.....	52
5.5 Despesas.....	53



5.6 Estrutura do DRE.....	54
Aula 6. Balancete de verificação.....	57
6.1 Introdução.....	57
6.2 Balancete de várias colunas.....	58
Aula 7. Plano de contas.....	61
7.1 Introdução.....	61
7.2 Estrutura de um Plano de Contas.....	62
7.3 Elaboração de um Plano de Contas.....	63
7.4 Informações sobre o Elenco de Contas.....	63
Aula 8. Contabilização das contas.....	65
8.1 Introdução.....	65
8.2 Representação gráfica das contas.....	65
8.3 Método de escrituração.....	66
8.4 Lançamentos a débito e a crédito das contas.....	67
8.5 Fórmulas de lançamentos.....	67
Aula 9. Impostos.....	71
9.1 Introdução.....	71
9.2 Tributos Incidentes sobre compra, venda e prestação de serviços.....	72
9.3 PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social).....	75
Aula 10. Critérios de avaliação dos estoques.....	77
10.1 Introdução.....	77
10.2 Preço específico.....	77
10.3 PEPS.....	78
10.4 UEPS.....	80
10.5 Custo médio ponderado.....	82
10.6 Qual dos critérios deve ser utilizado?.....	82
Aula 11. Depreciação.....	85
11.1 Introdução.....	85
11.2 Parte prática.....	86
Palavras Finais.....	90
Guia de Soluções.....	91
Referências.....	92
Obras Consultadas.....	92



Aula 1. Introdução à Contabilidade

Objetivos:

- reconhecer o objeto da contabilidade;
- reconhecer os objetivos e as funções;
- reconhecer os principais usuários da contabilidade; e
- identificar a importância da contabilidade no contexto empresarial.

Caro estudante,

Você sabia que a Contabilidade é um dos mais antigos ramos do conhecimento? Pois é. Ela existe desde o início da civilização e não surgiu em função de qualquer tipo de legislação fiscal ou societária; surgiu da necessidade do homem em controlar seu patrimônio e antes mesmo que este soubesse escrever, utilizavam desenhos, figuras, para identificar o que obtinham. Vamos saber mais sobre a contabilidade? Boa aula

1.1 Introdução

Como já citado na nossa conversa inicial, a Contabilidade é um dos mais antigos ramos do conhecimento. Foram encontrados em vários sítios arqueológicos, vestígios como pequenos artefatos de barros, chamados de fichas datados de 8000 a 3000 a.C., segundo Santos [et al] (2003: p.17); fichas de barros (de diferentes formatos), foram usadas como forma de representação de mercadoria. Após essa data, elas passaram a ser preservada em envelopes de barro, cada ficha representava uma unidade de mercadoria, bem como uma dívida de uma pessoa com outra. Neste contexto pode-se notar que já se contabilizava o ativo, que representava os bens e o direito de contas a receber.

Um grande passo para humanidade foi a invenção, pelos fenícios em 1100



a.C., da escrita alfabética, base do conhecimento que hoje temos. Por volta do século II, foram encontrados registros contábeis, onde se nota que os agricultores pagavam aos coletores de impostos com cereais e linhaça, pela utilização da água para irrigação, a eles eram dados “recibos” que eram emitidos pelos coletores, por meio de desenho, nas paredes de suas casas, de recipientes de cereais. Como você pode observar, era uma forma de controlar os bens de maneira justa, mantendo sempre o controle das negociações.

Em 431 d.C., Bagdá, tornou-se o centro do conhecimento. Nessa época, surgiu o conceito de zero e juntamente com ele o sistema numérico existente atualmente. Esse sistema foi descoberto na escola de astrologia de Bagdá pelo maior matemático árabe Musa Ñ Al-Khawarizmi, bibliotecário do califa Al-Mansur.

No final do século XI, o comércio foi impulsionado, principalmente, entre as cidades italianas e o Oriente. A negociação individual foi sendo substituída, por meio de representantes. Surgiu, nesta fase, uma sociedade denominada *commenda*. Esse fato foi marcante para história da Contabilidade, surgia o postulado da entidade, separando a pessoa jurídica da física, uma vez que essa relação exigia uma prestação de contas ao final da viagem para que se dividisse o lucro obtido.

A evolução contábil é acompanhada de perto pelo crescimento econômico. Isso fica nítido pelo histórico da revolução comercial ocorrida após o século VII, com o mercantilismo e o surgimento da burguesia, por exemplo.

Ninguém sabe ao certo quando foi introduzida a utilização do sistema das partidas dobradas, que é uma forma de registrar os fatos contábeis de uma empresa; mas uma das primeiras manifestações foi por volta de 1340, na cidade de Gênova, outro manuscrito foi encontrado em Florença. Em 1494, Veneza foi o centro do comércio mundial da época, com as principais tipografias foi impresso a primeira obra de método de registro contábil de Partidas Dobradas pelo Frei Luca Pacioli.

Na Itália com a obra *La contabilitá*, de Francesco Villa, a contabilidade foi reconhecida oficialmente. Várias escolas e correntes de pensamentos se estabeleceram, para melhor estudar o verdadeiro objeto da Contabilidade e seus aspectos predominantes. E conforme Sá (2002, p.33) inicia-se, então, outro período marcante da história da ciência contábil: as doutrinas. As correntes





doutrinárias seriam muitas e receberiam como denominação o que imaginavam ser matéria e o objetivo predominante de estudos da contabilidade.

Há um consenso entre a maioria dos autores de que a contabilidade evoluiu com a humanidade, mas o mesmo não acontece quanto à natureza teórica e doutrinária da Contabilidade. Alguns pensadores contábeis defendem a Contabilidade como técnica ou arte, outros como ciência, conforme Franco (1997, p.19):

A contabilidade, desde seu aparecimento, como conjunto ordenado de conhecimentos, com objeto e finalidades definidas, tem sido considerada como arte, como técnica ou como ciência de acordo com a orientação seguida pelos doutrinadores ao enquadrá-la no elenco das espécies do saber humano.

Sá (2002, p.23), escreve que para algumas pessoas, a Contabilidade é uma Ciência exata. *"Na antiguidade, o conhecimento contábil estava limitado ao do registro e suas normas, mas já era aprimorado e também ensinado nas escolas, juntamente com os cálculos matemáticos"*; Todavia, Ludicibus (2000, p.35) afirma: *"A contabilidade não é uma ciência exata. Ela é uma Ciência social, pois é a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial"*; embora, utilize método quantitativo em suas várias ramificações. Como você pode observar, não há consenso entre eles, porém a contabilidade é concebida hoje como uma ciência social que estuda o patrimônio econômico financeiro das empresas.

A contabilidade está em constante transformação, assim como a humanidade, e precisa, como ciência, acompanhar os avanços tecnológicos inserindo novos dimensionamentos para atender plenamente sua finalidade básica: reunir informações de caráter sócio-econômicas e financeiras para a tomada de posição no processo e decisório.

1.2 A contabilidade no Brasil

O que se observa com relação a Contabilidade é a existência de uma diversidade, pois os sistemas e métodos contábeis diferem muito em cada país, devido, principalmente, a sua cultura e ao seu desenvolvimento econômico. Isso por que, o desenvolvimento de cada ciência está intimamente ligado ao desenvolvimento econômico de uma nação.





É interessante notar que quando o ambiente empresarial dos países é similar, ou seja, igual seus sistemas financeiro-contábeis também tendem a ser similares. Falando sobre o Brasil, a Contabilidade no nosso país teve seu início formal no Império com a edição do código comercial brasileiro, sancionado pelo imperador D. Pedro II em 1850.

O Brasil foi um dos primeiros países a ter um estabelecimento de Ensino Superior de Contabilidade, a Escola de Comércio Álvares Penteado, criada em 1902, a primeira escola especializada no ensino da Contabilidade denominado “Escola Prática de Comércio”.

O Brasil recebeu forte influência da corrente italiana, até a antiga lei das sociedades anônimas, porém sem perder os traços de uma escola verdadeiramente brasileira. Por volta de 1920 a 1940, cada empresa comercial ou industrial (naquele tempo não se falava “empresa”, dizia-se “firma”) tinha o seu “**guarda-livros**”. O guarda-livros fazia tudo: a Contabilidade da firma, a sua escrituração, a sua correspondência, os seus contratos e distrato, preenchiam os cheques, fazia pagamentos e recebimentos, enfim, era o “factótum”. Esse era um tempo em que se predominavam as práticas e os guarda-livros prestaram muitos serviços dentro de suas limitadas possibilidades.



O **Guarda-livros**, geralmente, um homem bem intencionado, mas de pouca formação técnica, sem haver frequentado escolas ou cursos de especialidade, aprendeu tudo pela prática ou pelo empirismo, ou seja, através da observação.

Somente em 1946, com a instalação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais pela Faculdade da Universidade de São Paulo (USP) que o Brasil ganhou seu primeiro núcleo efetivo, embora modesto, de pesquisa contábil nos modelos norte-americanos, ou seja, com professores em regime de serviço integral, dedicando-se ao ensino e a pesquisa, produzindo trabalhos específicos de caráter científico.

Entre os grandes mestres da ciência brasileira, podemos citar Francisco D’Auria e Frederico Hermann Jr. Dentre os grandes mestres, Francisco D’Auria foi considerado “mais brasileiro” entre os ilustres da época. Porém, suas obras se perdiam em qualidade, por serem muito longas e poucos conclusivas.

Já em 1972 o Brasil teve um grande avanço com a Resolução nº 220 e da Circular 179 do Banco Central, que instituiu os Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos.

O Conselho Federal de Contabilidade emitiu em 1981 a Resolução nº. 530/51, cuja NBC-T-1, formulando os princípios fundamentais de contabi-





lidade, tendo em vista, segundo Santos [et al] (2003, p.34), a necessidade de fixar os princípios de contabilidade vigentes no Brasil. Essa instrução declarou não haver uniformidade, ou seja, igualdade em relação aos princípios contábeis. O termo *Fundamental* foi escolhido por acerto semântico e, secundariamente, por haver ser acolhido por muitos países e entidades de grande relevância. Em razão da Resolução nº. 530/51, os princípios passaram a ser, compulsoriamente, denominados Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade, os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam o núcleo central da própria Contabilidade, em sua condição de ciência factual social, sendo a ela inerentes.

Os princípios constituem sempre os alicerces de uma ciência, revestindo-se dos atributos de universalidade e veracidade, conservando validade em qualquer circunstância. Agora que você já conhece um pouco da história da contabilidade desde os seus primórdios até chegarmos ao Brasil, vamos falar, logo a seguir, sobre a sua finalidade enquanto ciência social.



Que tal pesquisar em livros ou sites da internet sobre os princípios da que regem o sistema contábil para complementar seu conhecimento sobre o assunto?

1.3 Conceitos e finalidade

Contabilidade é a ciência social que tem por **objeto** o patrimônio das entidades e por **objetivo** o controle desse patrimônio, com a **finalidade** de fornecer informações a seus usuários. Veja o esquema abaixo.

CONTABILIDADE

Objetivo → Controlar do patrimônio

Objeto → Patrimônio

Finalidade → Fornecer informações

A finalidade da contabilidade, que também pode ser entendida como o seu principal objetivo, é fornecer informações às pessoas ou entidades interessadas na situação patrimonial e econômica da entidade, bem como aferição de sua capacidade produtiva.

Quando falamos em situação patrimonial de uma entidade, estamos nos referindo aos seus BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES. Quando falamos em





situação econômica, estamos nos referindo ao seu resultado, isto é, no seu LUCRO ou PREJUÍZO.



Qualquer empresa tem o setor de contabilidade, independentemente do seu ramo de atividades, pois todas elas têm necessidade de controlar seus negócios e é o setor de contabilidade que mostra a situação econômica, para que a empresa possa, no decorrer do exercício, aumentar os lucros ou diminuir as despesas visando um melhor resultado financeiro.

1.4 Aplicação e função

O campo de aplicação da Contabilidade se estende a todas as entidades que possuam patrimônio, sejam pessoas físicas ou jurídicas, de fins lucrativos ou não. Tais entidades são unidades econômico-administrativas, cujos objetivos podem ser sociais ou econômicos.

Dentro desta visão, temos duas pessoas de direito ou entidade que determinam a melhor origem do estudo entre elas. São elas:

Pessoa física = indivíduo comum: é a pessoa natural; todo indivíduo, desde o nascimento até a morte; a personalidade civil da pessoa que começa no nascimento. Para exercer atividade econômica, a pessoa física pode atuar como autônoma ou como sócia da empresa.

Pessoa jurídica = entidade empresarial: é a entidade abstrata com existência e responsabilidade jurídica, como uma associação, empresa ou companhia, legalmente autorizada. Pode ser de direito público (União, Autarquias) ou de direito privado (empresas, associações).

De acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) n. 29, a contabilidade é e deve ser um instrumento gerencial de tomada de decisão. Na verdade, ela coleta e registra todos os dados econômicos mensurados monetariamente que são transformados em relatórios.

A contabilidade tem duas funções:

Função Administrativa – controlar o patrimônio da entidade, tanto sob o aspecto estático (controlar sua posição em dado momento–fazer o balanço), quanto dinâmico (controlar suas mudanças quantitativas e qualitativas);





Função Econômica - apurar o resultado (lucro ou prejuízo) da entidade.

Para executar tais funções a contabilidade utiliza:

Coleta de dados – levantamentos que ocorrem dentro da empresa;

Registro dos dados – registro dos fatos contábeis. Esse registro é feito em ordem cronológica, o que dá à contabilidade informações sobre a história do patrimônio;

Relatórios – com base nos registros realizados, expomos periodicamente, por meio de demonstrativos, a situação econômica, financeira e patrimonial.

1.5 Técnicas contábeis

Escrituração – visa ao registro de todos os fatos contábeis, ou seja, fatos que afetam o patrimônio da entidade, sendo eles registrados em livros próprios (livros de escrituração, como: Diário, Razão, Caixa e Contas a Correntes);

Demonstrações Contábeis (ou demonstrações Financeiras) – constituem quadros técnicos que apresentam dados extraídos dos registros contábeis da empresa, que evidenciam a situação patrimonial, econômica ou financeira da entidade;

Auditoria – visa a verificação da fidelidade das informações contábeis, ou seja, dos dados das demonstrações financeiras fornecidos, detectando erros ou fraudes e, por fim, emitindo um parecer ou relatórios sobre as informações fornecidas pelo sistema contábil e controles internos da entidade auditada;

Análise das Demonstrações Contábeis – visa a interpretação da situação econômica e financeira da entidade, bem como do seu desempenho operacional, através da análise e interpretação das demonstrações contábeis.

Obs: de acordo com o artigo da Lei 6.404/76, as demonstrações contábeis são elaboradas ao fim do exercício social, com base na escrituração mercantil da empresa. De acordo com o artigo 175, o EXERCÍCIO SOCIAL, é o período que tem a duração de 1 ano e a data do término será fixada no estatuto da companhia. Normalmente, tal período coincide com o ano-calendário. Assim, na maioria dos casos, as demonstrações contábeis das empresas se



referem a data de 31 de dezembro.

1.6 Usuários da informação contábil

Os usuários são as pessoas que se utilizam da Contabilidade, que se interessam pela situação da empresa e buscam nos instrumentos contábeis as suas respostas. Veja quais são:

- **Gerentes:** para a tomada de decisões;
- **Funcionários:** com interesse em pleitear melhorias;
- **Diretoria:** para a execução de planejamentos organizacionais.
- **Bancos:** interessados nas demonstrações financeiras a fim de analisar a concessão de financiamentos e medir a capacidade de retorno do capital emprestado;
- **Governo:** que necessita obter informações sobre as receitas e as despesas para poder atuar sobre o resultado operacional no que concerne a sua parcela de tributação;
- **Fornecedores:** interessados em conhecer a situação da entidade para poder continuar ou não as transações comerciais com a entidade, além de medir a garantia de recebimento futuro.

1.7 Áreas de atuação do contador

Diante de uma grande gama de atuações diferenciadas no mercado de trabalho, podemos afirmar que a função primordial do contador é produzir e gerenciar informações aos seus usuários, de forma clara e objetiva, auxiliando-o nas tomadas de decisões. Porém, no Brasil a imagem do contador, principalmente, para as pequenas empresas, ainda está voltada, excessivamente, a atender o fisco.

Quanto a categoria, ainda temos no Brasil a “figura” do Técnico em contabilidade (para os formandos até 2003), que é aquele que cursou a Contabilidade em nível Técnico. Esses podem, legalmente, ser responsáveis pela Contabilidade das empresas, com algumas restrições legais. Porém, o estudante que opta em cursar o nível universitário Bacharel em Ciências Contábeis tem



inúmeras alternativas, como se especializar em Contabilidade Financeira, Custos ou Gerencial (IUDICIBUS, 2000, p.44-46). Veja a seguir:

Auditor – Que executa a verificação da exatidão dos procedimentos contábeis, podendo ser auditor independente ou auditor interno;

Analista financeiro – Analisa a situação econômico-financeira da empresa, por meio de relatórios fornecidos pela Contabilidade;

Perito Contábil – A perícia judicial é motivada por uma questão judicial, solicitada pela justiça;

Consultor Contábil – A consultoria, em franco desenvolvimento em nosso país, não se restringe especificamente à parte contábil e financeira, mas também – e aqui houve um grande avanço da profissão – à consultoria fiscal, na área do comércio exterior, etc.;

Professor de Contabilidade – Exerce o magistério de 2º grau ou de faculdade (neste caso há necessidade no mínimo de pós-graduação), não só na área Contábil, como também em cursos de Ciências Econômicas, de Administração, etc.;

Pesquisador Contábil – Para aqueles que optaram pela carreira universitária, e que normalmente dedicam um período maior à universidade, há um campo pouco explorado no Brasil, ou seja, a investigação científica na Contabilidade;

Cargos Públicos – Em muitos concursos, tais como para Fiscal de Renda, tanto na área Federal como na Estadual e na Municipal;

Cargos Administrativos – O Contador é um profissional gabaritado para tais cargos, pois no exercício de sua atividade, entra em contato com todos os setores da empresa.

Há, ainda, outras áreas ocupadas pelo Contador dentre elas: Investigador de Fraude, Escritor, Parecerista, Avaliador de Empresas, Conselho Fiscal, Mediação e Arbitragem etc. Em 1946 pelo Decreto-Lei nº. 9.295, foi criado com a finalidade de fiscalização do exercício da profissão de contabilista, o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade, e foram definidos também as atribuições e prerrogativas da profissão em cada





categoria, formalizada através da Resolução do C.F.C. de nº. 560/83.

Resumo

Nesta aula você foi inserido na história da contabilidade e pôde conhecer os elementos que compõe a rotina do setor de contabilidade da empresa. Além disso, identificou quais as funções desempenhadas pelos profissionais dessa área.



Atividade de Aprendizagem

1. Pesquise sobre Os princípios da contabilidade e escreva, resumidamente, nas linhas abaixo, as informações que você encontrou.

Como você observou, a contabilidade está presente em grande parte das empresas, pois ela fornece dados importantes para que os administradores cheguem a uma decisão correta sobre o futuro dos seus investimentos. Espero que a leitura tenha sido satisfatória e tenha servido como alicerce para o início dessa caminhada, que são as aulas dessa disciplina. Vá em frente e boa aula!



Aula 2. Patrimônio

Objetivos:

- entender o que é Patrimônio e como é constituído;
- compreender as diferenças de bens tangíveis e intangíveis; componentes do patrimônio; e
- conhecer o ativo, passivo e patrimônio líquido.

Caro estudante,

Nesta aula, você vai aprender, primeiramente, o conceito de patrimônio e como ele é formado. Esse conceito é de fundamental importância para que você entenda o que de fato ele representa dentro do mercado empresarial e, dessa forma, você irá se situar com mais facilidade na rotina de um profissional de contabilidade.

2.1 Introdução

Patrimônio é o conjunto de bens, direitos e obrigações de pessoa física ou jurídica avaliáveis em moeda.

Para facilitar o entendimento sobre o que é patrimônio, vamos fazer uma dinâmica. Pense em sua empresa, na empresa que trabalha ou imagine-se proprietário de uma empresa. Responda quanto valeria a empresa nas seguintes condições:

- 1) Se sua empresa tivesse apenas dinheiro no valor de R\$15.000,00;
- 2) Se tivesse além do dinheiro, contas a receber no valor de R\$10.000,00, seu valor seria de R\$ 25.000,00 (soma do dinheiro com as contas a receber);
- 3) Finalmente se houvesse, além do dinheiro e contas a receber uma dívida



com um fornecedor no valor de R\$ 5.000,00, então R\$ 20.000,00 seria seu valor final.

Conseguiu imaginar quanto valeria a empresa? Para que você possa entender um pouco mais, separamos os itens que são da empresa (dinheiro) e os que ela tem a receber dos valores que tem a pagar, e a diferença será o quanto realmente vale a sua empresa, assim:

DINHEIRO	15.000,00
CONTAS A RECEBER	10.000,00
FORNECEDORES	<u>(5.000,00)</u>
DIFERENÇA	20.000,00

Podemos observar que a riqueza líquida de uma empresa ou pessoa física, é calculada pela somatória dos valores positivos (bens e direitos) menos os valores negativos (obrigações).

Dessa forma, podemos definir que tudo que a empresa possui faz parte de seu patrimônio.

2.2 Bens, direitos e obrigações

O patrimônio constitui-se de uma parte com valores positivos, denominado ativo, e de uma parte com valor negativo denominada passivo.

O **ativo** é formado pelos **bens e direitos** e o **passivo pelas obrigações**. A diferença entre o ativo e passivo **é o capital**, conhecido como **patrimônio líquido, ou situação líquida** que aparece no lado do passivo, para completar a igualdade entre o total do ativo e o do passivo, resultando na equação patrimonial.

Exemplo: (ST) Situação Líquida = A(ativo) – (Passivo)

Portanto, a situação líquida é a diferença entre o Ativo e o Passivo.





2.3 Ativo

Representa a parte dos valores positivos do patrimônio, tudo aquilo que a entidade possui ou que ela tem a receber de terceiros. Abrange o conjunto de bens e direitos da entidade.

Os elementos que compõe o ativo são revestidos de algumas características especiais, tais como: devem apresentar a potencialidade de gerar benefícios econômicos para a entidade, devem ser um recurso econômico, devem ser de propriedade ou estar na posse de alguma entidade contábil e devem ser mensuráveis monetariamente.

Assim, todo elemento ativo que é mais útil à entidade e, por ter perdido sua capacidade de gerar fluxo de caixa, não deve ser classificado como um elemento ativo. Existem entidades que apresentam de 10 a 15% do seu ativo totalmente obsoleto, não tendo nenhuma utilidade e, por isso, deve ser excluído do patrimônio.

Lembre-se: O ativo é composto dos bens e direitos a receber.



2.3.1 Bem

É qualquer coisa que satisfaz a necessidade humana e que pode ser avaliado economicamente.

Os bens são divididos em: **tangíveis** que representam os bens materiais (têm forma física e são palpáveis), são objetos que a empresa tem para uso; os **intangíveis** são incorpóreos e não palpáveis. Correspondem a determinados gastos que, por natureza, a legislação brasileira determina que façam parte do patrimônio. Exemplos: gastos com organização, benfeitorias feitas pela empresa em bens de terceiros (reformas, imóveis alugados, etc.). Veja alguns exemplos:

Bens tangíveis: destinados à instalação (prédios, terrenos, móveis e utensílios), destinados à produção (máquinas, equipamentos, instrumentos e acessórios), destinados à transformação (matéria-prima, material secundário e material para embalagem), destinados ao consumo (material de escritório, material de limpeza e selos postais), destinados à circulação (dinheiro, dinheiro em bancos e aplicações financeiras) e destinados à venda (mercadorias e produtos comprados para revenda).

Bens intangíveis: marcas de comércio e patentes de invenção.



O Código Civil Brasileiro distingue os bens em: móveis que são os que podem ser movidos por si próprios ou por outras pessoas, tais como: animais, máquinas, equipamentos, estoques de mercadoria, entre outros, e bens imóveis que são os vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou danos, tais como: edifícios, árvores, entre outros.

Temos ainda:

Bens Numerários

- Caixa (ou disponibilidade)
- Banco conta movimento
- Aplicações de Liquidez imediata
- Numerários em trânsito

Todos os nomes que representam elementos patrimoniais (bens, direito ou obrigações) são chamados de contas.

- As DISPONIBILIDADES representam dinheiro em espécie ou equivalente;
- A conta CAIXA representa o dinheiro existente no cofre da empresa, não só em espécie, mas também de terceiros, não depositados no banco, vale-refeição, vale-transporte;
- A conta BCM (Banco conta movimento) representa o dinheiro da empresa ou cheques de terceiros depositados no banco;
- A conta APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA representa o dinheiro aplicado no mercado financeiro em curtíssimo prazo, sendo a diferença entre o valor aplicado e o valor resgatado RECEITA FINANCEIRA;
- A conta NUMERÁRIO EM TRÂNSITO pode representar, por exemplo, dinheiro remetido para filiais em espécie, em cheques, em ordens de pagamentos, etc.



Bens de Venda

Abaixo você obterá informações sobre os bens de venda de uma empresa comercial e de uma empresa industrial. Veja o quadro a seguir:

Quadro 2.1

Empresa comercial	Empresa industrial
Mercadoria e Estoque	Matérias-primas → Produtos em Fabricação → Produtos prontos

Há estoques que não constituem, como por exemplo, estoque de MATERIAIS DE EXPEDIENTE. Tais bens não serão vendidos, mas consumidos. Uma vez utilizados para consumo, serão considerados DESPESAS. Caso a empresa trabalhe com pouca quantidade desses materiais, mesmo que não sejam de imediato consumido, poderão ser considerados como despesas e não como estoques.

A diferença entre MERCADORIA e PRODUTOS PRONTOS, a primeira é adquirida de um fornecedor para posterior revenda, e o segundo é fabricado a partir das matérias-primas para posterior venda. Desta forma, uma empresa comercial vende MERCADORIAS e uma empresa industrial vende PRODUTOS.

Isso significa que as mercadorias somente serão consideradas um bem se a empresa for do tipo comercial, ou seja, o ramo de atividade é que vai definir. Pois uma indústria fabrica os seus produtos a partir da matéria prima.

- As MATÉRIAS-PRIMAS são consideradas bens de venda, não porque serão vendidas, mas sim porque serão transformados em produtos prontos, os quais serão vendidos;
- Os PRODUTOS EM FABRICAÇÃO (ou Produtos em Elaboração ou Produtos em Processos) são considerados bens de venda de uma empresa industrial, pois após acabados, serão vendidos.

Bens de uso

Imóveis Terrenos Móveis e Utensílios Veículos Máquinas e Equipamentos Computadores e Terminais Instalação	Bens Tangíveis (bens materiais)
Marcas e Patentes Fundo de Comércio Luvas Concessões Obtidas Etc.	Bens intangíveis (bens imateriais)

A-Z

Bens TANGÍVEIS são aqueles que têm existência concreta (material), ao passo que bens **INTANGÍVEIS** são aqueles que têm existência abstrata (material). Assim, por exemplo, um táxi (automóvel) é um bem tangível; porém a licença do taxista é um bem intangível.





A PATENTE é decorrente de alguma invenção. O valor da patente é igual ao somatório dos gastos com seu registro e as despesas de pesquisas na sua obtenção;

O FUNDO DE COMÉRCIO é o ponto comercial. Ao se apurar, por exemplo, o valor pelo qual uma loja deva ser vendida, não basta somarmos todos os bens materiais ali existentes. Deve-se levar também em consideração, entre outros fatores que possam existir, a clientela, a localização, a fama e o tempo de existência. Assim, o valor considerado além da matéria deverá ser o valor do fundo de comércio. Se, por hipótese, a soma dos valores dos bens materiais ali existentes fosse de \$40.000 e a loja fosse vendida por \$50.000, os \$10.000 de diferença constituiriam o valor do ponto comercial, que por sua vez, é um bem intangível.

Agora vamos falar sobre mais um componente do ativo, que também constituído um valor positivo.

2.3.2 Direito

Ato da pessoa ou empresa ceder algum bem ou serviço em troca do pagamento não imediato, originando um direito correspondente a receber. Portanto, representa os bens da empresa que estão em mãos de terceiros, como por exemplo, os créditos a receber de terceiros.

Veja alguns exemplos:

- Duplicatas a Receber (ou clientes);
- Promissórias a receber;
- Contas a receber;
- Adiantamentos a fornecedores;
- Adiantamentos a empregados;
- Impostos a recuperar;
- Empréstimos a coligadas;
- Empréstimos a controladas.





Agora que você já conheceu alguns exemplos, leia o conceito de cada um deles:

- **A DUPLICATA** - é um título de crédito comercial, usado em vendas a prazo. É um documento pelo qual o devedor RECONHECE sua dívida, referente a uma fatura. Recebe esse nome por possuir os mesmos dados principais da FATURA (número de notas fiscais, valores das vendas e vencimentos dos pagamentos);
- **A FATURA** - é um documento comercial que comprova a venda a prazo efetuada ao mesmo cliente, o qual pode englobar uma ou mais NOTAS FISCAIS. Sua principal finalidade é informar ao cliente a relação das notas fiscais, para que ele confira suas compras a prazo, e a(s) data(s) em que deve efetuar o pagamento parcelado ou em quota única.
- **A NOTA FISCAL FATURA** - pode ser usada quando se deseja evitar o trabalho do faturamento após a emissão das notas fiscais. Tal documento é, ao mesmo tempo, uma nota fiscal e uma fatura.
 - A lei permite que sejam emitidas várias duplicatas para a mesma fatura. Porém, não é permitida a emissão de uma duplicata para várias faturas;
 - A duplicata é emitida pelo fornecedor (aquele que vende a mercadoria ou serviço a prazo) e deve receber o ACEITE do cliente (assinatura do cliente na duplicata);
 - Com o aceite, o sacador (credor) terá a garantia do sacado (devedor) do recebimento da duplicata;
 - O vendedor (fornecedor ou sacador ou credor) tem o prazo de 30 dias, para remeter a duplicata ao comprador (cliente ou sacado ou devedor) para aceite;
 - O sacado deve devolver a duplicata assinada no máximo em 10 dias da data de sua apresentação, ou declarar por escrito as razões da recusa do aceite (avaria, defeitos, não-recebimento, diferenças na qualidade ou na quantidade, divergências nos prazos ou preços ajustados, vícios);
 - É adquirida a emissão de uma segunda via da duplicata, que chamamos de TRIPLICATA, em caso de extravio ou retenção por parte do sacado;
 - O VENCIMENTO da duplicata por ser a dia certo (data determinada) ou à vista (na apresentação).



- **A NOTA PROMISSÓRIA** - recebe este nome por ser um título de crédito representativo de uma promessa de pagamento, ou seja, o devedor (emittente do título) se compromete a pagar o credor (favorecido ou beneficiário do título) determinada quantia.
 - Ao contrário da duplicata, não é título comercial e sim título financeiro, usado, normalmente, em empréstimos e financiamentos, como por exemplo:
 - Na venda ou compra de imóveis a prazo;
 - Quando um particular compra veículo de outro particular;
 - Na obtenção de dinheiro emprestado de bancos ou financeiras, podendo o beneficiário (banco ou financeira) exigir que o devedor tenha um avalista (quem pagará a promissória, caso o devedor não pague).
 - Enquanto a duplicata é emitida pelo CREDOR, a promissória é emitida pelo DEVEDOR.
 - Também, ao contrário da duplicata, na promissória:
 1. Não existem as figuras do sacador e do sacado e sim a do emitente (devedor) e a do beneficiário (credor);
 2. Não é emitida segunda via;
 3. Não é usada em operações comerciais.
 - O VENCIMENTO pode ser, à vista (na apresentação, a dia certo (data determinada) e a tempo certo da data (nº. de dias a contar da data de emissão).
- **CONTAS A RECEBER** – conta representativa de valores a receber de terceiros, os quais não se encontram em títulos de crédito, isto é, não se encontram em duplicatas e promissórias;
- **ADIANTAMENTO A FORNECEDORES** – conta representativa de um crédito do cliente contra o fornecedor, tendo em vista o pagamento antecipado para o recebimento futuro de bens;
- **ADIANTAMENTO A EMPREGADOS** – tal como representa um direito da empresa em relação ao empregado. É frequente o fato de uma empresa que pague salários no dia 05 de cada mês, conceder um adiantamento no dia 20, conhecido comumente como vale para os empregados.





Tal adiantamento será descontado do salário bruto, ao final do mês que foi concedido. Assim, se no final de um determinado mês o valor bruto da folha de salários fosse de R\$30.000, ou seja, salários a pagar = R\$30.000, e se no dia 20 do mesmo mês houvesse um adiantamento de \$8.000, os salários a pagar, sem considerar outros descontos, cairiam para \$22.000, ficando a conta adiantamento a empregados, ao fim do mês, com saldo zero;

- **IMPOSTOS A RECUPERAR** – dado o princípio constitucional da não cumulatividade, alguns impostos (atualmente o ICMS e o IPI) serão compensados em cada operação com o montante cobrado nas anteriores. Assim, caso uma empresa comercial, ao vender mercadorias num determinado mês, tenha cobrado de seus clientes R\$2.400 de ICMS (ICMS a recolher=R\$2.400) e, no mesmo mês, ao adquirir mercadorias para revenda de seus fornecedores, tenha pago R\$3.000-R\$2.400, isto é, R\$600 (crédito da empresa contra o Estado). No mês seguinte, a empresa terá o direito de compensar os R\$600 com seus próximos débitos com o Estado. Caso prevalecesse o ICMS a recolher (=a Pagar), no mês seguinte a empresa teria de pagar ao Estado;
- **DIVIDENDOS A RECEBER** – conta representativa do direito de a empresa investidora receber parte dos lucros distribuídos das empresas investidas (coligadas. Controladas, etc.);
- **EMPRESAS COLIGADAS** – são aquelas em que uma participa em 10% ou mais do capital da outra, sem controlar. Assim, se a Cia X possui 13% das ações da Cia Y, a Cia X é a coligada investidores e a Cia Y é a coligada investida;
- **EMPRESA CONTROLADAS** – quando a investidora, direta ou indiretamente, possui mais de 50% do capital votante da investida, a investidora é considerada controladora e a investida, controlada.

Todas essas contas constituem um direito no lado do ativo, além dos valores serem positivos. Agora, veja as contas que compõe o passivo.

2.4 Passivo

Representa todas as obrigações financeiras que uma empresa tem para com terceiros, provenientes de transações passadas, realizadas





a prazo, com data de vencimento e beneficiário certo e conhecido. Todas as contas do passivo representam os valores negativos do patrimônio.

Neste grupo está incluído por força de lei o capital próprio, apesar de não ser uma obrigação do patrimônio, ou seja, não representa valor negativo. A classificação do capital próprio no grupo do passivo é uma mera questão para atender a necessidade da Contabilidade para garantir a igualdade entre os dois grupos (ativo e passivo).

O passivo abrange então o **capital de terceiros** (obrigações) e o **capital próprio** e suas variações.

2.4.1 Obrigações

Constitui-se em ato da pessoa ou empresa dispor de algum bem ou serviço e que em troca destes originam um compromisso futuro de pagamento, representado por um documento., Podemos citar como exemplo as duplicatas a pagar.

Exemplos:

- Duplicatas a pagar (ou fornecedores);
- Promissórias a pagar;
- Contas a pagar;
- Impostos a recolher (= a pagar);
- Adiantamentos de clientes;
- Dividendos a pagar;
- Salários a pagar;
- Financiamentos;
- Empréstimos bancários;
- IRRF a recolher;





- Encargos sociais a recolher;
- Provisão p/13º salário;
- Provisão p/férias;
- Provisão p/Imposto de renda;

Veja a especificação de alguns dos itens citados acima:

- **CONTAS A PAGAR** – conta representativa de obrigações com terceiros, que não se encontram representados por títulos de crédito, isto é, não se encontram, por exemplo, em duplicatas ou promissórias;
- **AS PROVISÕES DO PASSIVO** – são obrigações de caráter duvidoso, pois são determinados por estimativas. Assim, quando calculado o Imposto de Renda sobre o lucro, dada a complexidade do seu fato gerador, não se tem a certeza da exatidão do seu valor. Daí não usamos a conta Imposto de Renda a pagar, mas conta Provisão para Imposto de Renda;
- **PROVISÕES DO ATIVO** - elas diminuem o valor do ativo. Veja o exemplo abaixo:

Duplicatas a receber	20.000
Provisão p/devedores duvidosos	<u>(600)</u>
	19.400

2.5 Abordagem conceitual do patrimônio

É o conjunto de bens, direitos e obrigações vinculados a uma pessoa física ou jurídica, com finalidade definida e mensurável economicamente. Para você compreender melhor, no quadro abaixo vemos do lado esquerdo o conjunto de bens e direitos pertencentes a uma pessoa ou empresa, e o lado direito as obrigações a serem pagas por essa pessoa ou essa empresa.

Patrimônio de Pessoa Física ou Jurídica

Ativo	Passivo
Bens Direitos	Obrigações





2.5.1 Aspecto qualitativo

Todos os relatórios elaborados a partir da escrita contábil deverão ressaltar dois aspectos: o qualitativo e o quantitativo.

O qualitativo consiste em especificar cada item do patrimônio utilizando uma nomenclatura, ou seja, dar nomes aos elementos componentes do respectivo relatório, qualificando-os, como por exemplo: bens numerários (caixa e bancos), bens de venda (mercadorias, produtos acabados e matéria-prima), bens de renda (veículos para alugar e imóveis para alugar) e bens de uso (máquinas e equipamentos, materiais úteis e ferramentas). Dessa maneira, conhecemos a natureza de cada um. Você percebeu que cada elemento do patrimônio recebe um nome que chamamos de CONTA.

2.5.2 Aspecto quantitativo

É a valorização dos componentes patrimoniais, ou seja, devem ser expressos em valores monetários. Para que você possa entender esses dois aspectos, vou representá-los graficamente.

Caixa (aspecto qualitativo)
(aspecto quantitativo) 50.000,00

Assim, todos os elementos (contas) apresentam esses dois aspectos.

2.6 Representação gráfica do patrimônio

O gráfico do patrimônio é representado pelo Balanço Patrimonial, no qual do lado esquerdo encontram-se os valores ativos/positivos (bens e direitos) e do lado direito os valores passivos/negativos (obrigações), como mostra o exemplo abaixo:

ATIVO	PASSIVO
Bens Veículos Móveis e Utensílios Marcas e Patentes Máquinas e Equipamentos	Obrigações Fornecedores Aluguéis a Pagar Salários a Pagar Impostos a Recolher
Direitos Aluguéis a Receber Duplicatas a Receber	PATRIMÔNIO LÍQUIDO Capital Social Lucros Acumulados

Veja outra maneira de representarmos o patrimônio.





Através de um gráfico em forma de “T”.

Patrimônio	
Ativo	Passivo
Bens Direitos	Obrigações

Se você observar bem, verá que esse formato lembra a divisão do balanço patrimonial.

Resumo

Esta aula trouxe até você estudante, o conceito de patrimônio. Além disso, outros termos utilizados na contabilidade como bens, direitos e obrigações, ativo, direito, passivo, obrigações, abordagem conceitual do patrimônio, aspecto qualitativo, aspecto quantitativo, representação gráfica do patrimônio.

Atividade de Aprendizagem

1. Então, será que você já sabe diferenciar os tipos de bens de uma empresa comercial e de uma indústria? Faça uma lista separando os bens de uma empresa comercial e de uma empresa industrial.



Até aqui você já teve informações sobre os conceitos e termos empregados na contabilidade não é mesmo? Espero que tenha tido bom entendimento de cada um deles e, principalmente, de suas aplicabilidades na prática e no dia a dia da empresa. Continue suas leituras, faça as atividades propostas e busque sempre, aperfeiçoar sua prática através da leitura realizada.



Aula 3. Patrimônio líquido

Objetivos:

- entender o que é Patrimônio Líquido;
- definir a formação do patrimônio; e
- aprender a calcular a situação líquida da empresa.

Caro estudante,

Nesta aula, você vai aprender como é formado o patrimônio de uma empresa, além é claro, de apurar a situação líquida para saber se ela está tendo lucro ou não. Vamos lá?

3.1 Introdução

Patrimônio Líquido é a diferença entre os valores positivos do ativo (bens e direitos) e os valores negativos do passivo (obrigações) de uma entidade em um determinado momento. É a parte do balanço que representa o capital investido pelos sócios e está conforme determinação da Lei das Sociedades Anônimas, graficamente localizado no seu lado direito, ou seja, do lado do passivo.

Obs.: Sendo o patrimônio líquido a diferença entre o ativo e o passivo, não tem sentido falarmos em ativos ou passivos negativos. Assim, concluímos que a entidade terá sempre $A > \text{ou} = \text{zero}$, $P > \text{ou} = \text{zero}$ e $PL > = \text{ou} < \text{zero}$. Se a entidade possuir ativos e/ou passivos, ela os terá positivamente, ou não os terá.

Ilustrador: Por favor, insira legenda das letras.

A= ATIVO

P= PASSIVO



PL = PATRIMONIO LÍQUIDO

3.2 Formação do patrimônio líquido

O patrimônio líquido de uma entidade reflete em números a riqueza líquida de seus sócios. Uma entidade empresarial tem sua constituição a partir da entrada de valores (investimentos) de seus sócios ou acionistas, e o valor colocado à disposição da entidade recebe a denominação de **capital**.

Além do capital, o patrimônio líquido engloba, em seu total, os valores correspondentes a **lucros ou prejuízos** acumulados pela empresa e a conta de **reservas**.

3.2.1 Capital

De forma geral, o capital representa os recursos que entram em uma empresa para que ela exerça suas atividades. Esses recursos podem vir de seus proprietários (capital próprio) ou de outras pessoas físicas ou jurídicas que colocam seus recursos na empresa (capital de terceiros). O capital se subdivide em:

- **Capital subscrito:** corresponde aos valores que os proprietários (sócios ou acionistas) comprometem-se a investir na entidade. Esse valor consta em contrato social de constituição da empresa assinado pelos sócios. Subscrito = assinado. Por exemplo: abertura de uma empresa com capital subscrito no valor de 250.000,00, porém no ato integralizou apenas 150.000,00. O restante será integralizado no decorrer das atividades operacionais;
- **Capital social realizado ou integralizado:** corresponde ao valor efetivamente entregue à entidade pelo proprietário que o subscreveu conforme o contrato social. Essa integralização pode ser total ou parcial em relação ao valor assumido pelo contrato social. A efetiva entrega pode ocorrer sob a forma de moeda (dinheiro) ou por qualquer outro bem que seja quantificado em moeda, por exemplo, um veículo. No caso do exemplo acima, seria o valor de 150.000,00;
- **Capital a realizar ou a integralizar:** compreende os valores subscritos no contrato social, porém ainda não disponibilizados ou entregues para a entidade. Seria a diferença dos valores acima, neste caso, 100.000,00.

A-Z

Capital: representa a entrada de valores da entidade, o que pode ocorrer por intermédio de seus investidores ou de terceiros.

Lucro ou prejuízo: lucro é o objetivo das entidades. Ao terminar um exercício social (12 meses), a empresa deverá apurar ou determinar seu resultado, se positivo (lucro) ou se negativo (prejuízo). No caso de lucro, o valor apurado será repartido para pagamento de tributos ao governo, distribuição aos sócios e colaboradores, e até mesmo para o aumento do capital da própria entidade, por meio de reservas.

Reservas: é parte do lucro guardada com objetivos específicos, como reserva para investimento, utilizada para a ampliação da própria entidade.

3.3 A representação algébrica do patrimônio

Sendo o patrimônio um conjunto de bens, direitos e obrigações, constituído por capital de terceiros e capital próprio, a equação fundamental do patrimônio é assim definida:

$$\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO} = \text{BENS} + \text{DIREITOS} - \text{OBRIGAÇÕES COM TERCEIROS}$$

Os bens e direitos são contabilizados do lado do ativo, obrigações com terceiros por passivo, e capital próprio por patrimônio líquido, podemos afirmar que:

$$\text{P.L.} = \text{A} - \text{P}$$

Supondo que a entidade venda todos os seus bens, receba todos os seus direitos e pague todas as suas obrigações com terceiros, a sobra ou situação líquida é denominado pela Contabilidade de patrimônio líquido, onde encontramos a riqueza líquida da empresa.

3.4 Situação líquida patrimonial

O Patrimônio Líquido ou situação líquida patrimonial obtida pela equação da contabilidade pode apresentar os seguintes resultados:

a) Situação líquida patrimonial positiva: Quando o ativo é maior que o passivo, teremos patrimônio líquido maior que zero o que revela a existência de riqueza patrimonial. Observe:

$$\text{A} = \text{P} + \text{PL}$$

Patrimônio			
Ativo		Passivo	
Bens	150.000,00	Obrigações	190.000,00
Direitos	150.000,00	Patrimônio Líquido	110.000,00
Total do ativo	300.000,00	Total do passivo	300.000,00

Veja que a soma dos bens e direitos totalizam 300.000,00 e as obrigações 190.000,00. Isso significa que temos uma situação líquida positiva, denominada de superávit, ou seja, a empresa esta sabendo aplicar e controlar seus recursos, pois apresenta uma situação líquida positiva em 110.000,00.



Para chegar a esse resultado, você chega deve fazer o seguinte cálculo:

$$\text{Bens} + \text{direitos} - \text{Obrigações} = \text{Situação Líquida.}$$

b) Situação líquida patrimonial nula: Quando o ativo é igual ao passivo, teremos patrimônio líquido igual a zero, revelando inexistência de riqueza própria.

$$A = P$$

Patrimônio			
Ativo		Passivo	
Bens	150.000,00	Obrigações	300.000,00
Direitos	150.000,00	Patrimônio Líquido	0,00
Total do ativo	300.000,00	Total do passivo	300.000,00

Se você analisar esta situação, constatará que a empresa conseguiu honrar seus compromissos, porém não teve um lucro sobre os investimentos. Tudo que gerou em termos de aplicação de recursos pagou seus fornecedores.

c) Situação líquida patrimonial negativa: Quando o passivo é maior do que o ativo, teremos patrimônio líquido menor que zero, revelando má situação financeira denominado de passivo a descoberto.

$$A + PL = P$$

Patrimônio			
Ativo		Passivo	
Bens	150.000,00	Obrigações	390.000,00
Direitos	150.000,00	Patrimônio Líquido	(90.000,00)
Total do ativo	300.000,00	Total do passivo	300.000,00

Toda vez que a situação líquida da empresa for negativa, esse valor será representado entre parênteses. Neste caso, ela precisará rever suas aplicações, reduzir seus gastos e despesas, reavaliar sua administração, porque isso coloca em risco o seu patrimônio, uma vez que o objetivo econômico é a obtenção do lucro.

Neste caso, temos uma situação líquida negativa em 90.000,00, o que também podemos denominar de déficit.



Todos os valores negativos dentro da contabilidade são evidenciados entre parênteses.





Resumo

Nesta aula você recebeu informações referentes ao Patrimônio Líquido, através de conceitos como a formação do patrimônio; aprendendo a calcular a situação líquida da empresa.

Atividade de Aprendizagem



1. A seguir são apresentadas, cronologicamente, as transações da empresa Comercial Bahia S.A. (em \$ mil):

2/1 – Investimento inicial de capital, em dinheiro, no valor de \$ 12.000.

4/1 – Aquisição de um imóvel da Cia. A por \$ 5.000 com pagamento de \$ 2.500 à vista e o restante a prazo.

5/1 – Compra à vista de instalações (divisórias, cortinas, etc.) para a Empresa por \$ 2.000.

15/1 – Aquisição de equipamento a prazo, de M & Cia., por \$ 4.000.

18/1 – Obtenção de um empréstimo de \$ 10.000, no Banco Alfa, com emissão de uma nota promissória.

23/1 – Pagamento de \$ 1.000, a M. & Cia., para liquidação de parte da dívida pela compra efetuada em 15/1.

26/1 – Investimento de mais \$ 5.000, aumentando o capital, em dinheiro.

30/1 – Compra à vista, por \$ 8.500, de peças para reparos da Cia, Ômega.

Pede-se: Levantar um balanço da Empresa Comercial Bahia S.A., após cada operação.

Chegamos ao final de mais uma aula e, agora, partiremos para outra fase muito importante para o seu entendimento da contabilidade básica. Acredito que você já pode observar com mais clareza os procedimentos contábeis da empresa em que você está, ou até mesmo da sua residência. Na prática, você poderá perceber muitas ações da contabilidade acontecendo no seu dia a dia. Continue na leitura dos textos, sempre buscando praticar e assimilar as informações. Boa aula!





Aula 4. Balanço patrimonial

Objetivos:

- conhecer a estrutura do balanço patrimonial;
- reconhecer os grupos de contas; e
- entender a importância deste demonstrativo financeiro.

Caro(a) estudante,

Você deve ter percebido que a contabilidade é fundamental no ambiente empresarial e que a cada aula você agrega mais informações do seu campo de aplicação. Nesta aula, vamos falar sobre o balanço patrimonial tão importante para a análise na tomada de decisão, pois ele reflete a vida da empresa, e demonstra de que forma os acionistas estão gerindo seus negócios.

4.1 Introdução

Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade T-3.2 do Conselho Federal de Contabilidade “o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade”.

O Balanço Patrimonial é o principal demonstrativo contábil ou financeiro como é conhecido atualmente, que reflete a posição financeira da entidade em um determinado período, normalmente efetuado no final do ano. Dessa forma, o Balanço Patrimonial demonstra informações que permitem aos interessados conhecer a situação patrimonial da entidade e as variações ocorridas fornecendo dados para o planejamento e controle da administração.

É constituído de duas colunas: a coluna do lado direito é denominada PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO. A coluna do lado esquerdo é denominada ATIVO. As contas que compõe o Patrimônio Líquido são conhecidas como **CONTAS PATRIMONIAIS**.



Ativo		Passivo	
BENS		OBRIGAÇÕES	
Disponibilidades	50.0000,00	Dívidas Operacionais	30.000,00
De vendas	50.0000,00	Dívidas financeiras	20.000,00
DIREITOS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Decorrentes das operações	30.000,00	Capital Social	100.0000,00
Outros Valores	20.000,00	Total do passivo	150.000,00
Total do ativo	150.0000,00	Total do passivo	150.000,00

4.2 Ativo

De acordo com a Lei nº 6.404/76 que regulamenta as sociedades por ações (S.As.), as contas do ativo devem ser alocadas em ordem decrescente do grau de liquidez (capacidade de pagamento).

No Ativo estão as contas que representam Bens e Direitos, ou seja, **as aplicações de recursos de uma entidade** e estão devidamente classificadas em dois grupos conforme a Lei 11.638/2007 e Medida Provisória 449/2208, convertida na Lei 11.941/2009. São eles: Ativo Circulante e Ativo Não Circulante.

4.2.1 Ativo circulante

O ativo circulante é composto pelos bens e direitos que estão em frequente movimento e irão ser convertidos em dinheiro, no prazo de até 12 (doze) meses.



Disponível: composto pelas exigibilidades imediatas, representadas pelas contas de caixa, bancos conta movimento, cheques para cobrança e aplicações financeiras de resgate imediato. Ex: caixa, bancos e fundo de aplicação financeira;

Estoques: representam os bens destinados à venda, variam de acordo com a atividade da entidade. Ex: produtos acabados, produtos em elaboração, matérias-primas e mercadorias;

Despesas Antecipadas: compreende as despesas pagas antecipadamente que serão consideradas como custos ou despesas no decorrer do exercício seguinte. Ex: seguros a vencer, aluguéis a vencer e encargos a apropriar.

4.2.2 Ativo não circulante

Este grupo é composto pelos direitos realizáveis em longo prazo, bem como bens de uso e bens imateriais que serão recebidos após o término do exer-





cício seguinte, isto é, após 12 (doze) meses. Ex.: duplicatas a receber em longo prazo.

Independente do prazo serão classificadas neste grupo as seguintes contas: adiantamentos a sócios, adiantamentos à acionistas, empréstimos à coligadas, empréstimos à controladas.

Investimentos: são todas as aplicações de recursos que não tem por finalidade o objetivo principal da entidade. Ex: imóveis para aluguel, terrenos para expansão, ações em outras empresas, participação em empresas coligadas, participação em empresas controladas e obras de arte;



Imobilizado: representam as aplicações de recursos em bens instrumentais que servem de meios para que a entidade alcance seus objetivos. Os bens materiais sofrem depreciação, os bens imateriais sofrem amortização e os terrenos sofrem exaustão. Ex: veículos, máquinas e equipamentos, imóveis, embarcações, marcas e patentes e direitos autorais;

Intangíveis: são os bens imateriais ou incorpóreos, representam os direitos, pois são destinados à manutenção da entidade. Ex.: Marcas e Patentes.

4.3 Passivo

De acordo com a Lei nº 6.404/76 que regulamenta as sociedades por ações (S.As.), as contas do passivo devem ser alocadas de acordo com o prazo das exigibilidades.

No Passivo estão as contas que representam obrigações, ou seja, **as origens (fontes) de recursos que entraram na entidade, que podem ser origens de terceiros e ou próprio (também conhecido como capital de terceiro e capital próprio)** e estão devidamente classificadas em três grupos conforme a Lei 11.638/2007 e Medida Provisória 449/2208, convertida na Lei 11.941/2009: Passivo Circulante; Passivo Não Circulante e Patrimônio líquido.

4.3.1 Passivo circulante

Composto por todas as obrigações com prazo de vencimento em até 12 (doze) meses. Ex. fornecedores, duplicatas a pagar, salários a pagar, provisão



para férias, provisão para imposto de renda e empréstimos bancários.

4.3.2 Passivo não circulante

Representa as obrigações com prazo de vencimento após 12 (doze) meses. Ex: empréstimos bancários e financiamentos. Neste grupo também são classificadas as seguintes contas: adiantamentos de sócios, adiantamentos de acionistas, empréstimos de coligadas e empréstimos de controladas.

4.4 Patrimônio líquido

De acordo com a Lei nº 6.404/76 que regulamenta as sociedades por ações (S.As.), o Patrimônio Líquido deverá estar do lado do PASSIVO.

O Patrimônio Líquido representa o capital investido pelos proprietários, ou seja, capital próprio. Ex: capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros (legal, estatutária, contingência, investimentos e lucros a realizar), lucros acumulados ou prejuízos acumulados.



Capital Social: discrimina o valor subscrito e o valor que ainda será realizado pelos sócios ou acionistas.

Ajuste de Avaliação Patrimonial

Segundo o §3º do art. 182 da lei 6.404/76 alterada, serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício, em obediência ao regime de competência, os aumentos ou diminuições de valor que servirá, essencialmente, para abrigar determinadas avaliações de ativos a preço de mercado, especialmente, a avaliação de determinados instrumentos financeiros e, ainda, os ajustes de conversão em função da variação cambial de investimentos societários no exterior. Esses últimos ajustes estão previsto no pronunciamento CPC 02.

Em outras palavras, o ajuste de avaliação patrimonial é uma correção do valor apresentado no balanço patrimonial, por um ativo ou passivo, em relação ao seu valor justo. O Conselho Federal de Contabilidade, por meio da resolução 1.142 de 2008 estabelece que *Valor justo* é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.



Obs.: É importante destacar que as contas do ativo e do passivo são registradas pelo seu valor original de entrada. Contudo, quando ocorrer mudança no seu valor justo, para mais ou para menos, o saldo contábil da conta deverá ser atualizado para expressar corretamente o seu valor. A contrapartida do aumento ou diminuição do ativo ou do passivo será a conta ajuste de avaliação patrimonial no PL.

Limite das reservas de lucros

Até 2007 apenas a reserva legal possuía limite, agora esta reserva permanece com limite individual, que é de 20% do capital social, ou se somar o saldo da reserva legal com montante das **reservas de capital**, não pode exceder de 30% do capital social.

A partir de 2008 além de observar este limite, o saldo das **reservas de lucros** (exceto as três reservas de lucros que não deverão ser consideradas nesse limite, pois são as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar) não poderá ultrapassar o capital social. Todas as reservas de lucros, exceto essas três devem ser somadas, para serem comparadas com a conta capital social e se atingir esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Possivelmente as empresas irão optar por incorporar o excedente ao capital social.

Patrimônio	
Ativo	Passivo
Ativo circulante	Passivo circulante
Caixa	Fornecedores
Banco	Salários a pagar
Estoques	Impostos a recolher
Duplicatas a receber	
Ativo não circulante	Passivo não circulante
Realizável em longo prazo	Financiamentos em longo prazo
Investimento	
Imobilizado	Patrimônio líquido
Intangível	Capital social
	Reservas de capital
	Lucros ou prejuízos acumulados

Agora você vai aprender o que são atos e fatos administrativos e qual a diferença entre eles.



Regime de competência:

as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

Reservas de Capital: são contribuições recebidas dos proprietários e de terceiros que não representam receitas ou ganhos e que, portanto, não devem transitar por conta de resultado.

Reservas de Lucros: são as contas formadas pela apropriação de lucro da empresa.



Lucros ou Prejuízos Acumulados: registra os resultados acumulados pela entidade, quando ainda não distribuídos aos sócios, ao titular ou ao acionista.





4.5 Atos e fatos administrativos

A escrituração é uma técnica contábil que consiste no registro, em livros próprios, de todos os fatos administrativos, pois o conjunto de acontecimentos que constituem a dinâmica patrimonial é proveniente dos atos e fatos administrativos.

Mas o que são os Atos Administrativos? São as ocorrências que não alteram diretamente o patrimônio, por exemplo: a admissão e demissão de funcionários e solicitação de mercadoria. Já os **Fatos Administrativos** são todas as ocorrências que alteram o patrimônio permutando os seus valores ou modificando o patrimônio líquido. A Contabilidade tem como conteúdo o estudo e o registro contábil dos fatos administrativos e, através dos demonstrativos contábeis, pode conhecer seus efeitos sobre o patrimônio. Os fatos administrativos podem ser: permutativos e modificativos.

Resumo

O conteúdo dessa aula apresentou informações referentes ao balanço patrimonial, buscando esclarecer sobre a sua importância nas decisões tomadas dentro da empresa, demonstrando como ela está sendo gerida.

Nesta aula você pôde ter contato com um assunto de grande valia para o gerenciamento contábil de uma empresa. Através desse tema, pode-se analisar como os gestores têm gerido suas instituições e, também, observar como as tomadas de decisões são conduzidas, ao observar todos os itens citados neste texto. A leitura da aula e a compreensão do conteúdo são fatores muito importantes para a continuidade do seu aprendizado e reforço, para que você possa compreender o dia a dia da empresa, buscando assimilar os assuntos lidos, a teoria, com a vida prática da instituição. Por isso, fique atento às leituras, busque exercitar o que aprendeu até agora e boa aula!

Aula 5. Demonstração do resultado do exercício

Objetivos:

- compreender a necessidade da elaboração da demonstração do resultado do exercício (DRE);
- entender a correlação entre balanço patrimonial e DRE; e
- elaborar a DRE de forma estruturada.

Caro(a) estudante,

Agora você vai começar a entender um pouco mais sobre as contas do DRE e qual a importância desse tipo de demonstração financeira. Vamos lá, então? Continue com a leitura e, sempre que possível, busque mentalizar uma situação real, para que você tenha uma boa assimilação da teoria e da prática. Boa Aula!

5.1 Introdução

Ao iniciar esta aula, precisamos esclarecer o que significa DRE. Essa é a abreviação de Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), que permite evidenciar o lucro ou prejuízo do período, mediante o confronto das receitas, custos e despesas. É muito importante porque oferece uma síntese financeira dos resultados operacionais e não operacionais de uma empresa em certo período. Embora sejam elaboradas anualmente para fins legais de divulgação, em geral, são feitas mensalmente para fins administrativos e trimestralmente para fins fiscais.

O resultado obtido pela DRE de uma entidade, num determinado período poderá ser **LUCRO** ou **PREJUÍZO**. Será **LUCRO**, se o total de receitas for maior que o total de despesa. Será **PREJUÍZO**, se as despesas ultrapassarem as receitas.



As contas podem ser classificadas de acordo com vários critérios, entretanto, aquele que nos interessa é o que as classifica em dois grupos:

1. Contas Patrimoniais **CONTAS DO ATIVO / CONTAS DO PASSIVO E CONTAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** – evidenciadas no Balanço Patrimonial.
2. Contas de Resultado – **CONTAS DE DESPESA E CONTAS DE RECEITAS**

O regime contábil adotado para a elaboração da DRE é o de competência: receitas e despesas são apropriados ao período de apuração, em função de sua ocorrência (fato gerador) e independentemente de seu reflexo financeiro, ou seja, se foram recebidas (receitas) ou pagas (despesas) dentro do período de apuração.

5.2 Contas de resultado

As contas de resultado dividem-se em Conta de Despesas e Conta de Receitas. Aparecem durante os exercícios sociais, encerrando-se no final do mesmo. Não fazem parte do Balanço Patrimonial, mas permitem apurar o resultado do exercício. Veja a explicação sobre as Receitas e Despesas:

5.2.1 Receitas

As receitas são provenientes das vendas efetuadas pela empresa em determinado espaço de tempo. Essa receita pode ter sido recebida à vista ou ter prazo futuro de recebimento. Pelo regime de competência dos exercícios, a empresa reconhece a receita independente do prazo de recebimento. Isso significa que a realização da venda será contabilmente registrada no momento de sua geração e não do efetivo recebimento.

5.3 Deduções: descontos concedidos e devoluções e impostos

As deduções sobre as vendas representam retificações na Receita Bruta, ou seja, ajustes efetuados na receita bruta e não em despesas sobre elas.

Para efeito de análise de balanços, é extremamente importante essa segregação, pois as contas retratam, de certa maneira, o grau de eficiência da empresa ou sua política de descontos e abatimentos em determinados períodos.



As deduções sobre a receita bruta de vendas apresentadas na Demonstração do Resultado do Exercício são classificadas em duas categorias a saber:

5.3.1 Devoluções

Representam as vendas que foram canceladas pelos clientes, por motivo de desacordo com o pedido, divergência em quantidades contratadas, preços etc. Esses valores comporão as deduções na DRE, diminuindo a Receita Bruta do Período.

5.3.2 Deduções

As deduções são compostas por duas categorias básicas: descontos concedidos e abatimentos sobre vendas. Normalmente a empresa adota prática de vendas para atrair mais clientes ou alavancar vendas, podendo esporadicamente trabalhar com descontos nas vendas dos produtos, ou seja, no momento da venda o valor da transação já é realizado pelo líquido da transação, resultando em um mero desconto comercial, não cabendo nesse caso, registro contábil. O abatimento é outra categoria de descontos, que chamamos de abatimentos sobre venda. Por vários motivos, por exemplo, produto fora do padrão, desacordo com pedido, entre outros fatores, a empresa vendedora poderá conceder descontos (abatimentos) sobre as vendas já realizadas. Esse desconto concedido após a venda será contabilizado como uma dedução da receita bruta do período.

Conheça agora os impostos que as empresas são obrigadas a pagar aos órgãos responsáveis pela arrecadação.

5.3.3 Impostos incidentes sobre vendas

Representam os valores que a empresa deverá recolher ao órgão competente de fiscalização, que foram gerados em função da receita do período. Dentre eles, apresentam-se:

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- Imposto sobre Serviços (ISS);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- Programa de Integração Social (PIS/Faturamento);





- Imposto sobre Exportação.

5.4 Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Os custos dos produtos vendidos representam todos os custos incorridos pela empresa para fabricar um produto, no caso da indústria. No caso do comércio e na prestação de serviços os valores das mercadorias representam os custos envolvidos no processo da efetiva prestação do serviço, referente a atividade desempenhada. Veja como é calculado o custo das mercadorias:

CMV= Custo de mercadorias vendidas

EI = Estoque inicial

C = Compras

EF = Estoque final

OBS: Essa fórmula é de acordo com o inventário periódico.

$$\text{CMV} = \text{EI} + \text{C} - \text{EF}$$

No final de do mês será apurado o estoque físico e atribuído o valor desse estoque sendo então calculado o custo da mercadoria vendida nesse período. O cálculo fica da seguinte forma:

Exemplo – CONTROLE DE ESTOQUE

INVENTÁRIO PERIÓDICO

$$\text{CMV} = \text{R}\$2.000 + \text{R}\$1.320 - \text{R}\$105$$

$$\text{CMV} = \text{R}\$3.215$$

Ou seja:

$$\text{EI} = \text{R}\$2000 \text{ (valor do início do período)}$$

$$\text{C} = \text{compras do período} = \text{R}\$900 + \text{R}\$420 = \text{R}\$1320$$

$$\text{EF} = \text{estoque final} = \text{R}\$ 105$$





5.5 Despesas

Despesas são gastos necessários que a empresa assume para poder obter receita no futuro. São desembolsos indispensáveis que contribuirão para a apuração da receita. Sem a ocorrência de determinadas despesas, seria muito difícil vender produtos ou prestar serviços. Exemplos: gastos com pessoal, com telefone, com aluguéis, etc.

5.5.1 Despesas operacionais

São as despesas que participam efetivamente da operação da empresa, contribuindo para a manutenção da atividade operacional a qual se propõe a desempenhar e são evidenciadas através do DRE. A classificação na DRE apresenta-se da seguinte forma:

Despesas de vendas

As despesas de vendas representam os desembolsos efetuados ou comprometidos pela empresa para levar seu produto até ao consumidor final ou lhe prestar um serviço. As contas mais comuns são: despesas com pessoal de vendas, comissões sobre as vendas realizadas, propaganda e publicidade, provisão para devedores duvidosos etc.

Despesas administrativas

São as despesas provenientes da gerência efetiva do negócio. As contas mais comuns são: despesas com pessoal administrativo, despesas com aluguel do escritório, seguros, depreciação de equipamentos de informática e móveis da administração etc.

Despesas financeiras líquidas

A conta de despesas financeiras líquidas representa, num primeiro momento, as despesas financeiras provenientes do custo da captação de terceiros. As contas representativas são: juros pagos, comissões bancárias, descontos concedidos a terceiros etc.

Num segundo momento, representa as receitas financeiras que por sua vez deverão ser compensadas para efeito de demonstração do resultado. Devido a essa compensação, a conta chama-se despesas financeiras líquidas. As receitas financeiras são provenientes de: aplicações financeiras, descontos obtidos, juros recebidos etc.

Outras despesas operacionais

São despesas que estão no contexto operacional, mas que não se enquadram





em contas especificadas anteriormente. São exemplos de outras despesas operacionais as despesas tributárias que não se relacionam com as receitas de vendas, prejuízos provenientes de participações em outras empresas etc.

Outras receitas operacionais

Representam receitas que estão no contexto operacional, mas que igualmente a outras despesas operacionais, não estão diretamente relacionadas com contas especificadas anteriormente. São exemplos: receitas eventuais provenientes de vendas de sucatas, lucro auferido na participação em outras empresas etc.

Demais contas da DRE


Após a contabilização de todas as despesas operacionais, apura-se o lucro operacional. O lucro operacional é o resultado proveniente da confrontação entre as receitas totais do período, menos os custos e despesas operacionais desse mesmo período. Após o reconhecimento das receitas, custos e despesas do período, ainda falta provisionar o que será destinado para pagamento de Imposto de Renda, de acordo com a legislação vigente e o que será destinado a título de participações e contribuições. Veja a estrutura completa do DRE no próximo item.

5.6 Estrutura do DRE

Demonstração do resultado do exercício	
Empresa XXX	
Exercício financeiro de 200X	
	31/12/200X
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	
(-) Deduções da receita bruta	
Devolução de vendas	
Abatimentos	
Impostos sobre vendas	
= Receita Operacionais Líquidas	
(-) Custo das mercadorias vendidas (CMV) /	
Custo dos serviços prestados (CSP) /	
Custo dos produtos vendidos (CPV)	
= Lucro Operacional Bruto	
(-) Despesas Operacionais	
Despesas com vendas	
Despesas Administrativas	
(-/+)Despesas financeiras (deduzidas as receitas financeiras)	
(+) outras receitas operacionais	

= Lucro Operacional Líquido	
(-/+) Resultado não-operacional	
+ Receitas não operacionais	
(-) Despesas não operacionais	
=Lucro Antes do Imposto de Renda (LAIR)	
(-) Provisão para imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	
(-) Provisão para contribuição social s/lucro líquido (CSLL)	
=Lucro depois do IRPJ E CSLL	
(-) Participações	
(-) Contribuições	
= Lucro ou Prejuízo do Exercício (Resultado Líquido)	

Patrimônio	
Ativo	Passivo
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	Capital
	Lucro do Período
	Lucros Acumulados



A DRE explica a conta lucro do período com detalhes

O Lucro Líquido do Exercício apurado pela empresa no período será transportado para conta de Lucros Acumulados no Balanço Patrimonial.

Resumo

A compreensão da necessidade da elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) foi assunto dessa aula, assim como a importância desse tipo de demonstração financeira, no que diz respeito a organização das contas da empresa.

Você chegou até aqui, realizando as leituras e buscando a compreensão de cada tópico exposto durante as aulas. Espero que até essa etapa, você tenha assimilado as informações e, também, começado a observar como se dá o processo contábil numa empresa. Você ainda tem um caminho a trilhar nessa disciplina. Acredito que seu desempenho melhorará a cada leitura que você realizar, pois, o conhecimento que pode ser adquirido através da disciplina é primordial para sua atividade profissional. Por isso, não desanime, leia com atenção e boa aula!



Aula 6. Balancete de verificação

Objetivos:

- entender a real necessidade do balancete de verificação e sua função na contabilidade;
- definir os elementos que compõem a estrutura do balancete de verificação; e
- visualizar exemplo de um balancete de verificação pelos métodos simplificados e completos.

Caro(a) estudante,

Nesta aula, você aprenderá mais um tipo de demonstrativo contábil, tão importante quanto as que você já estudou em aulas anteriores. Na verdade, é uma etapa para a elaboração do Balanço Patrimonial. Vejamos como ele é elaborado e qual a sua função. Está pronto? Vamos começar, então!

6.1 Introdução

O Balancete de Verificação é um resumo ordenado de todas as contas utilizadas pela contabilidade quantitativamente, ou seja, são as operações feitas pela empresa em determinado período. O Balancete é o primeiro passo para a elaboração das demonstrações contábeis. Para que ele seja elaborado temos que, primeiramente, apurar os saldos das contas através dos razãoetes, um demonstrativo em forma de T, onde são evidenciadas as contas de receitas (ativo) e de despesas (passivo) e, em seguida, transportadas para o balancete. Ele pode ser encontrado em diversas formas, em duas, quatro e até seis colunas.

Por meio do balancete de verificação, podemos observar a evolução das contas de receitas e despesas, a movimentação das contas de ativo e passivo, sem a necessidade de levantarmos o balanço patrimonial, que é obrigatório



somente no final do exercício financeiro.

O balancete de verificação poderá ser efetuado de forma diária, semanal, mensal ou no momento da necessidade da empresa.

As contas de Ativo têm os saldos finais devedor e as contas de passivo tem o saldo final credor, já as contas de Receita têm como saldo final credor e as contas de despesas deduções e custo têm os saldos credores.

Observe:

CONTAS	Saldo devedor	Saldo credor
Caixa	700.000	-
Capital	-	1.500.000
Móveis e utensílios	300.000	-
Estoques	500.000	-
TOTAL	1.500.000	1.500.000

6.2 Balancete de várias colunas

Balancete de várias colunas consiste em colocar os saldos iniciais (saldo este que foram encerrados no período anterior). Vale lembrar que os saldos a serem transportados são somente do balanço patrimonial que é acumulativo. Já as contas de resultado são encerradas dentro do período em exercício. Depois de toda a movimentação ocorrida na empresa é que será apurado o saldo atual, mediante a contabilização desses fatos. Veja o exemplo abaixo:

FORMAS

→

Simples → Fita de máquina de calculadora
 Duas colunas → Forma apresentada (Ativo e passivo)
 Seis colunas

Discriminação das contas	Saldos do mês anterior		Movimentos do mês		Saldos do final do mês	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Caixa	100.000		200.000	50.000	250.000	





Resumo

Nesta aula, você pôde ler informações sobre a real necessidade do balancete de verificação e sua função na contabilidade, conhecendo os elementos que compõem a estrutura do balancete de verificação e visualizando as formas de elaborar um balancete de verificação pelos métodos simplificados e completos.

Você pôde observar, nesta aula, mais um tipo de demonstrativo contábil e pode até se arriscar a realizar a elaboração de um Balanço Patrimonial para exercitar seus conhecimentos. Nas próximas aulas você continuará conhecendo mais itens existentes no processo de contabilidade empresarial e, com isso, enriquecendo seu repertório sobre o tema. Prossiga suas leituras com atenção e boa aula!





Aula 7. Plano de contas

Objetivos:

- elaborar um plano de contas;
- entender a classificação das contas pelo grau como sintéticas ou analíticas; e
- conhecer os grupos de contas.

Caro(a) estudante,

Nesta aula, irá estudar sobre o plano de contas e sua importância para o registro dos fatos contábeis, identificando como se dividem os grupos e sub-grupos. Antes, porém, você terá informações sobre o conceito de conta. Vamos lá, então?

7.1 Introdução

Conta, para a Contabilidade, é a denominação técnica dada aos elementos patrimoniais representados pelos bens, direitos e obrigações, e aos elementos de resultado representados pelas receitas e despesas. Exemplo: caixa, clientes, fornecedores, entre outras.

O plano de contas, por sua vez, é um elenco de todas as contas previstas e necessárias aos registros contábeis de uma entidade, oferecendo uniformização das contas utilizadas em cada registro.

Os principais objetivos de um plano de contas estão ligados à importância da uniformização dos relatórios contábeis e à flexibilidade que cada entidade tem em estruturar seu plano de contas, de acordo com seu porte e com a atividade econômica que desenvolve. Exemplo: indústria, comércio, etc.

O plano completo deve apresentar o título das contas, a classificação, a



função, explicar o funcionamento, apontar a relação entre os grupos ou mesmo entre as contas, regular o registro das contas, estabelecer a análise e os códigos das contas e prever as derivações das contas.

7.2 Estrutura de um Plano de Contas

O Plano de Contas é um conjunto de contas, diretrizes e normas que disciplinam as tarefas do setor de contabilidade objetivando a uniformização dos registros contábeis.

No plano de contas, além da classificação das contas patrimoniais e de resultado, temos também a classificação quanto ao seu grau de especificação. São elas:

- **Contas sintéticas:** não recebem lançamentos e tem seu saldo a partir dos lançamentos em contas analíticas, ou seja, são contas que totalizam os saldos das contas analíticas;
- **Contas analíticas:** efetivamente recebem os lançamentos a débito e a crédito, ou seja, são as contas movimentadas pela escrituração dos fatos contábeis.

Veja abaixo, os exemplos dos dois tipos de contas:

Ex: 1. Ativo - sintética

1.1 Ativo Circulante - analítica

7.3 Elaboração de um Plano de Contas

A seguir apresentamos um exemplo de plano de contas:

GRÁFICO I	
A - CONTAS PATRIMONIAIS	
1 ATIVO	
10 ATIVO CIRCULANTE	
100 DISPONIBILIDADES	
100.1 Caixa	
100.2 Bancos Conta Movimento	
100.3 Aplicações de Liquidez Imediata	
101 CONTAS A RECEBER	
101.1 Clientes	
101.2 Duplicatas a Receber	
101.3 (-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	
101.4 Promissórias a Receber	
102 IMPOSTOS A RECUPERAR	
102.1 Imposto de Renda a Recuperar	
103 INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS EM CURTO PRAZO	
103.1 Ações de Outras Empresas	
104 ESTOQUES	
104.1 Estoque de Mercadorias	
104.2 Estoque de Material de Expediente	
104.3 Estoque de Material de Limpeza	
105 DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	
105.1 Aluguéis Passivos a Vencer	
105.2 Juros Passivos a Vencer	
105.3 Prêmios de Seguro a Vencer	
105.4 Propaganda e Publicidade a Vencer	
11 ATIVO REALIZÁVEL EM LONGO PRAZO	
110 CONTAS A RECEBER	
110.1 Clientes	
110.2 Duplicatas a Receber	
110.3 Promissórias a Receber	

7.4 Informações sobre o Elenco de Contas

Contas do Ativo

No Ativo, as contas representativas de bens e direitos, devem ser classificadas obedecendo a ordem decrescente do grau de liquidez. Mas o que é o grau de liquidez? O Grau de liquidez é o maior ou menor prazo no qual os bens e direitos podem ser transformados em dinheiro.



As contas caixa e bancos conta movimento são as que possuem maior grau de liquidez, dentre as demais. Por este motivo são as primeiras que figuram no Ativo.

CONTAS PATRIMONIAIS	
1. ATIVO	2. PASSIVO
1.1 ATIVO CIRCULANTE	2.1 PASSIVO CIRCULANTE
1.1.01 Caixa	2.1.01 Fornecedores
1.1.02 Banco	2.1.02 Duplicatas a pagar
1.1.03 Clientes ou Dupl. a Receber	2.1.03 Salários a pagar
1.1.04 Estoques	2.1.04 Impostos a pagar
1.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.2 PASSIVO NÃO CIRCULANTE
1.2.01 Duplicatas a Receber longo prazo	2.2.01 Empréstimos em longo prazo
1.2.02 Computadores	2.2.02 Promissórias a pagar em longo prazo
1.2.03 Móveis e Utensílios	2.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO
1.2.04 Veículos	2.3.01 Capital
	2.3.02 Reservas
	2.3.03 Lucros ou prejuízo acumulados
CONTAS DE RESULTADO	
3. DESPESAS	4. RECEITAS
3.1 DESPESAS OPERACIONAIS	4.1 RECEITAS OPERACIONAIS
3.1.01 Água e esgoto	3.1.01 Vendas ou Serviços
3.1.02 Aluguéis pagos	3.1.02 Aluguéis recebidos
3.1.03 Energia Elétrica	3.1.03 Descontos obtidos
3.1.04 Telefone	3.1.04 Juros recebidos

Resumo

A aula apresentou o conceito de conta, plano de contas e sua importância para o registro dos fatos contábeis, os grupos e subgrupos.

Você chegou ao final de mais uma aula e, até aqui, já teve acesso a diferentes termos e conceitos existentes na contabilidade básica. Essa disciplina busca trazer informações acerca dessa atividade profissional e seu campo de atuação. A leitura atenta do conteúdo é fundamental para o bom desenvolvimento dos trabalhos, assim como, sua disciplina nos estudos no que diz respeito ao horário e a dedicação. Você verá o quanto é compensador chegar até ao final de mais uma etapa, a cada aula que finaliza. Por isso, segue mais uma temática para que você realize seus estudos. Boa leitura!

Aula 8. Contabilização das contas

Objetivos:

- compreender a técnica de registro dos fatos contábeis;
- registrar os fatos contábeis; e
- elaborar as demonstrações contábeis.

Caro(a) estudante,

Nesta aula, você vai aprender o método de escrituração contábil. Além de conhecer a natureza das contas, se devedora ou credora, o que irá contribuir, ainda mais, para o seu aprendizado. Então, desejo a você uma boa aula!

8.1 Introdução

Primeiramente, é importante situar quanto ao conceito de escrituração. Escrituração é a técnica utilizada pela contabilidade para registrar, em ordem cronológica, todos os fatos administrativos que ocorrem no patrimônio das entidades, para fornecer informações sobre a composição do patrimônio e as variações nele ocorridas em determinado período.

É o registro dos fatos contábeis, segundo os princípios e normas técnico-contábeis, tendo em vista demonstrar a situação econômico-patrimonial da entidade e os resultados econômicos por ela obtidos em um exercício, segundo Hilário Franco.

8.2 Representação gráfica das contas

A conta é a representação gráfica da relação débito e crédito de um determinado fato administrativo. Graficamente é representada na forma da letra "T", que chamamos de Razonete. Sua utilização é de grande importância, pois apuramos no final do período o valor final de cada conta através dela.



Nome da Conta	
Débito	Crédito

Veja o exemplo dos seguintes lançamentos na conta caixa:

Saldo inicial de 50.000,00

Compra de Material para escritório 15.000,00

Pagamento de energia elétrica no valor de 2.000,00

Caixa	
50.000,00	15.000,00
	2.000,00

A natureza dessa conta é devedora e mesmo que durante o período em exercício ela receba lançamentos a crédito, o seu saldo final sempre será devedor.

8.3 Método de escrituração

Muitas tentativas de escrituração foram sendo elaboradas, ao longo dos séculos, para registrar os fatos contábeis até que, em 1949, em Veneza, através da publicação da obra "Tratatus Particularis de Computis et Scripturis" (Tratado Particular de Conta e Escrituração), o frei e matemático Luca Paccioli, divulgou o **método das "Partidas Dobradas"**, que se mostrou o mais adequado, produzindo informações úteis e capazes de atender a todas as necessidades dos usuários para gerir o patrimônio, tornando-se um marco na evolução contábil.

O método das "Partidas Dobradas" consiste no princípio que para todo débito em uma conta, existe, simultaneamente, um crédito, da mesma maneira que a soma do débito será igual a soma do crédito, assim como a soma dos saldos devedores será igual a soma dos saldos credores.

A diferença entre o débito e o crédito é denominada de saldo. Se o valor dos débitos for superior ao valor dos créditos, a conta terá um saldo devedor. Se ocorrer o contrário, a conta terá um saldo credor.





8.4 Lançamentos a débito e a crédito das contas

É o registro dos fatos contábeis, realizado através do método das partidas dobradas, sendo a partida devedora representada pela aplicação do recurso e a partida credora sendo representada pela origem do recurso.

D: Aplicação de recursos

C: Origem de recursos

As contas do ativo são debitadas quando bens ou direitos entram no patrimônio e creditadas quando saem. As contas passivas são creditadas quando o patrimônio assume obrigações e debitada quando as liquida.

O patrimônio líquido, como complemento do passivo para igualar ao ativo, obedece ao mesmo mecanismo das demais contas passivas, ou seja, suas contas são creditadas quando há aumento de patrimônio, e debitadas quando há redução. Veja abaixo:

ATIVO	PASSIVO
Toda entrada DEBITA	Toda entrada CREDITA
Toda saída CREDITA	Toda saída DEBITA

As contas de despesas são debitadas, pois representam redução do patrimônio líquido, enquanto as contas de receitas são creditadas, pois representam aumento do patrimônio líquido.

8.5 Fórmulas de lançamentos

Há 04 (quatro) fórmulas para registrar os fatos contábeis, de acordo com o número de contas debitadas e creditadas, não esquecendo que a soma dos débitos devem ser iguais a soma dos créditos e vice-versa. Apresentaremos aqui as mais utilizadas.

1º Fórmula: uma conta debitada e outra creditada;

Ex: Recebimento, em dinheiro, de duplicatas no valor de R\$ 2.000,00



D: Caixa	2.000,00
C: Duplicatas a Receber	2.000,00

Observação: O termo **à vista** é desnecessário na área contábil. Por exemplo, poderíamos dizer simplesmente “Recebimento de duplicatas no valor de R\$ 2.000,00”. Pois, a maioria dos contadores sabe dessa supressão do termo, porém isso não ocorre com o termo a prazo sendo obrigatório.

2º Fórmula: uma conta debitada e mais de uma conta creditada

Ex: Compra de mercadoria no valor de R\$ 4.000,00, sendo R\$ 2.000,00 à vista e R\$2.000,00 a prazo.

D: Estoque de Mercadorias	4.000,00
C: Caixa	2.000,00
C: Fornecedores	2.000,00

Neste lançamento, a empresa assumiu um compromisso com fornecedores no valor de 2.000,00, assinando algum tipo de documento no valor acima. Veja como ficaria este lançamento no razonete.

Caixa	Fornecedores	Estoque de Mercadorias
2.000,00	2.000,00	4.000,00

Suponhamos que os fatos da 1ª fórmula e da segunda tivessem ocorrido no dia 03 e 04 de novembro de 2010. Os lançamentos deveriam ser feitos em ordem cronológica. Veja:

Caixa	Fornecedores	Estoque de Mercadorias
(a) 2.000,00 2.000,00	2.000,00	4.000,00
Duplicatas a Receber		
2.000,00 (a)		

Observe que a conta caixa recebeu valores tanto a débito quanto a crédito, sem a necessidade de abrir outra conta. Ela só será encerrada no final do mês para apurar o saldo final do exercício, que por sua vez deverá ter o saldo final **devedor**.





3º Fórmula: mais de uma conta debitada e uma conta creditada

Ex: Venda de uma máquina de calcular pelo valor de R\$1.200,00, sendo R\$ 200,00 à vista e R\$1.000,00 a prazo.

D: Caixa 200,00

D: Duplicatas a Receber 1.000,00

C: Móveis e utensílios 1.200,00

O mesmo ocorre com os lançamentos acima.

Resumo

O conteúdo desta aula teve o objetivo de levar até você, estudante, a compreensão da técnica de registro dos fatos contábeis e da elaboração das demonstrações contábeis.

Você já percorreu um longo caminho nesta disciplina não é mesmo? Espero ter compartilhado meu conhecimento contigo, através dos textos desse caderno, que tem o acompanhado durante as suas aulas. Ainda faltam algumas aulas para você concluir seus estudos nesta disciplina, mas tenho certeza que você conseguirá seguir adiante. Não se esqueça de manter a frequência das leituras e de buscar sempre, observar na prática os tópicos aqui apresentados.

Assim sendo, boa leitura!



Aula 9. Impostos

Objetivos:

- entender os principais impostos ocorridos pela venda e compra;
- contabilizar os impostos sobre a venda e compra; e
- compreender a apuração dos impostos.

Estimado(a) estudante,

Nesta aula, você aprenderá sobre os impostos que incidem nas mercadorias e qual o percentual aplicado de acordo com a lei fiscal. Gostaria de destacar, que é através da arrecadação desses impostos, embutidos em inúmeros produtos e serviços, que o governo consegue organizar-se econômica e financeiramente para poder investir em políticas públicas e em ações sociais. Vamos lá!

9.1 Introdução

Para você compreender o sistema tributário, destaco alguns itens do Código Tributário Nacional em vigor, acerca da tributação que recai sobre produtos e serviços. São eles:

Art. 2º O sistema tributário nacional é regido pelo disposto na Emenda Constitucional n. 18, de 1º de dezembro de 1965, em leis complementares, em resoluções do Senado Federal e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, nas Constituições e em leis estaduais, e em leis municipais.

Art. 16. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

Art. 17. Os impostos componentes do sistema tributário nacional são



exclusivamente os que constam deste Título, com as competências e limitações nele previstas.

Art. 18. Compete:

I - à União, instituir, nos Territórios Federais, os impostos atribuídos aos Estados e, se aqueles não forem divididos em Municípios, cumulativamente, os atribuídos a estes;

II - ao Distrito Federal

e aos Estados não divididos em Municípios, instituir, cumulativamente, os impostos atribuídos aos Estados e aos Municípios.

9.2 Tributos Incidentes sobre compra, venda e prestação de serviços

No momento da aquisição de mercadorias para revenda, as empresas – comerciais ou industriais – têm o direito de recuperar o valor do ICMS pago, pois, de acordo com a legislação vigente do tributo, ele é considerado não-cumulativo, ou seja, compensa-se o valor pago na aquisição com o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadoria ou prestação de serviços.

As alíquotas incidentes são definidas, em virtude das mercadorias/produtos ou serviços, e dependerá também do estado de origem e destino para definir a alíquota (percentual) procedente. Há mercadorias/produtos que são isentos ou não tributados, outros diferidos e outros com alíquotas distintas.

Cada governo determina, por intermédio de acordos ou convênios, as alíquotas a serem utilizadas. Em geral, tem-se 7%, 12%, 18% e 25%.

Destaco aqui a alíquota geral para o Estado de São Paulo, que é 18%. Não esqueça que isso pode variar, de acordo com o estado.

A competência de cobrança, assim como a determinação das alíquotas e quais mercadorias/produtos/serviços serão tributadas ou não, corre por conta do governo estadual e o **ICMS** – é um tributo de competência estadual.

A-Z

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços incidente sobre as compras de mercadorias tributadas é recuperável, ou seja, por ocasião da apuração do imposto ao final de cada período é compensado do ICMS sobre as vendas para fins de recolhimento do imposto.





Exemplo 1

Compras a prazo no valor de R\$10.000,00 com ICMS embutido de 18% (Estou me baseando no ICMS do estado de SP, como já citado anteriormente).

Pela compra (utilizando a conta transitória "compras de mercadorias"):

D- Compras de mercadorias 10.000,00

C- Fornecedores 10.000,00

Valor total da nota fiscal

Pelo ICMS destacado na nota fiscal

D – ICMS a recuperar 1.800,00

C – Compras de Mercadorias 1.800,00

Ou

D – Compra de Mercadorias 8.200,00

D – ICMS a recuperar 1.800,00

C – Fornecedores 10.000,00

Pela compra (utilizando a conta do ativo "estoque de mercadorias"):

D- Estoque de mercadorias 10.000,00

C- Fornecedores 10.000,00

Pelo ICMS destacado na nota fiscal:

D - ICMS a recuperar 1.800,00

C – Estoque de mercadorias 1.800,00

Ou



D- Estoque de Mercadorias	8.200,00
D- ICMS a recuperar	1.800,00
C-Fornecedores	10.000,00

Em todos os lançamentos o ICMS está incluso no valor da mercadoria e deverá ser recolhido ao estado.

Exemplo 2

Venda de Mercadoria a prazo no valor de R\$25.000,00 com ICMS destacado de 18%

Pela venda de mercadoria

D- Clientes	25.000,00
C- Vendas de Mercadorias	25.000,00

Pelo ICMS destacado na nota fiscal

D- ICMS sobre vendas	4.500,00	conta de resultado
C- ICMS a recolher	4.500,00	

Observe: Sobre as compras, o valor do ICMS foi de R\$1.800,00 e sobre as vendas de R\$4.500,00. Dessa forma, a empresa deve ao governo um montante de R\$ 2.700,00 (4500,00-1800,00), ou seja, é a diferença da compra e a venda de mercadorias, portanto, é deduzido no momento do recolhimento.

Contabilização da apuração do ICMS é feita da seguinte maneira:

D-ICMS a recolher	1.800,00
C-ICMS a recuperar	1.800,00

Independente do ICMS ficar com saldo a recolher ou recuperar, a contabilização será feita dessa forma. Uma das contas deve ser zerada ao final do





período, ou o ICMS a recuperar ou ICMS a pagar.

Veja como ficam os lançamentos no razãoete.

ICMS a recuperar		ICMS a pagar	
1.800,00	1.800,00	1.800,00	4.500,00
			2.700,00

O saldo ficou na conta de obrigação no valor de R\$ 2.700,00 a recolher.

9.3 PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social)

As pessoas jurídicas de direito privado e as que são equiparadas pela legislação do imposto de renda, inclusive empresas públicas, empresas prestadoras de serviços e sociedades de economia mista e suas subsidiárias devem apurar a contribuição para o PIS/PASEP – Faturamento/Receita Bruta, nos termos das Leis 9.701 e 9.715 e 9.718 de novembro de 1998. Estão excluídas as microempresas e as empresas de pequeno porte que são submetidas ao Simples Nacional (Lei Complementar n. 123/06).

A alíquota do PIS é de 0,65% e da Cofins é de 3%, desde fevereiro de 1999. A competência de cobrança, assim como a determinação das alíquotas, é do Governo Federal.

COFINS => Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é uma contribuição federal, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas, em geral, destinada a financiar a seguridade social. O faturamento mensal (receita bruta da venda de bens e serviços), ou o total das receitas da pessoa jurídica.

Veja o exemplo a seguir:

1) Contabilização do PIS e da COFINS sobre o faturamento de vendas de mercadorias no valor de R\$25.000,00 de empresa comercial tributada.

Pela Venda de mercadoria:

D-Clientes 25.000,00





C-Venda de mercadoria 25.000,00

Pelo PIS sobre o faturamento:

D-PIS sobre o faturamento (conta resultado) 162,50

C- PIS a recolher 162,50

Pela COFINS sobre o faturamento:

D- COFINS sobre faturamento (conta resultado) 750,00

C- COFINS a recolher 750,00

OBSERVE: O PIS e o COFINS não são recuperáveis como é o caso do ICMS.

Resumo

Nesta aula, foi apresentado o conteúdo referente aos impostos que incidem nas mercadorias e qual o percentual aplicado, de acordo com a Lei Fiscal, e para onde se destina o recurso da arrecadação.

Você está quase lá, chegando ao final da nossa disciplina e de antemão já parabênizo pela força de vontade e responsabilidade com a disciplina. Na última aula, você conhecerá os critérios de avaliação de estoque. Boa aula!

Aula 10. Critérios de avaliação dos estoques

Objetivos:

- entender os critérios de avaliação dos estoques;
- compreender a técnica de registro dos estoques; e
- elaborar o controle de estoque.

Caro (a) estudante,

Estamos na nossa penúltima aula, espero que você tenha conseguido acompanhar todas as etapas de lançamentos até aqui. Além de perceber a complexidade que é a área contábil, como também a importância que a ela ocupa dentro das empresas.

10.1 Introdução

O Custo das mercadorias estocadas é determinado com base no valor de aquisição constante das Notas Fiscais de compra, acrescidas das despesas acessórias e dos impostos, taxas e contribuições que não forem recuperados pela empresa no momento da venda das mercadorias.

A empresa poderá adquirir os mesmos tipos de mercadorias em datas diferentes, pagando por eles preços variados. Assim, para determinar o custo dessas mercadorias estocadas e das mercadorias que foram vendidas, precisamos adotar algum critério. Os critérios para a avaliação dos estoques e que, normalmente são exigidos nos concursos, são Preço Específico, PEPS, UEPS, E PREÇO MÉDIO PONDERADO. Conheça abaixo o conceito de cada termo:

10.2 Preço específico

O critério de avaliação do preço específico consiste em atribuir a cada unidade do estoque o preço efetivamente pago por ela. É um critério que só pode



ser utilizado para mercadorias de fácil identificação física, como imóveis para revenda, veículos usados, entre outros. Os exemplos das ocorrências abaixo servirão de base para o cálculo dos três métodos: PEPS, UEPS E MÉDIA PONDERADA. Vamos começar?

1 – EM 05/02, ADQUIRIU DO FORNECEDOR PEREIRA LTDA, 100 PORTAS POR R\$100 CADA, CONF.NF7002.

2 – EM 08/02, VENDEU AO CLIENTE DEPÓSITO HUMAITÁ LTDA, 20 PORTAS, CONF. NF. 101

3 – EM, 10/02, ADQUIRIU DO FORNECEDOR PEREIRA LTDA, 50 PORTAS POR R\$113 CADA CONF. NF.8592.

4 – EM 19/02, ADQUIRIU DO FORNECEDOR PEREIRA LTDA, 50 PORTAS POR R\$159 CADA CONF. NF. 9721

5 – EM 20/02, DEVOLVEU AO FORNECEDOR PEREIRA LTDA, 10 PORTAS, CONF. NF. 115

6 – EM 27/02, VENDEU AO CLIENTE TABAO AS 140 PORTAS, CONF. NF. 102

7 – EM 28/02, RECEBEU EM DEVOLUÇÃO DO CLIENTE TABOÃO AS, 05 PORTAS CONF. NE. 142.

10.3 PEPS

A sigla PEPS significa PRIMEIRO QUE ENTRA, PRIMEIRO QUE SAI, e é também conhecida por FIFO, iniciais da frase inglesa First In, First Out. Adotando este critério para valoração dos estoques, a empresa atribuirá às mercadorias estocadas os custos mais recentes.

Para entender melhor, veja as sete operações apresentadas no início deste tópico, devidamente registradas na respectiva ficha:





MERCADORIA PORTAS DE CEDRO TAMANHO 2,00 X 080M										
METODO DE CONTROLE PEPS										
	ENTRADAS			SAÍDAS				SALDO		
DATA	HISTÓ- RICO NF	QUANT	CUSTO UNIT	CUSTO TOTAL	QUANT	CUSTO UNIT	CUSTO TOTAL	QUANT	CUSTO UNIT	CUSTO TOTAL
05/fev	7002	100	100	10000				100	100	10000
08/fev	101				20	100	2000	80	100	8000
10/fev	8592	50	113	5650				80	100	8000
								50	113	5650
								130		13650
19/fev	9721	50	159	7950				80	100	8000
								50	113	5650
								50	159	7950
								180		21600
20/fev	115	(10)	159	(1590)				80	100	8000
								50	113	5650
								40	159	6360
								170		20010
27/fev	102				80	100	8000			
					50	113	5650			
					10	159	1590			
					140		15240	30	159	4770
28/fev	142				-5	159	-795	35	159	5565
	TOTAIS	190		22010	155		16445			

*Não esqueça que, como explicado em aulas anteriores, os valores negativos ficam sempre, entre parênteses.

- Obs.: na coluna de saldo fica evidenciada a quantidade estocada, devidamente separada ou identificada pelos respectivos custos de aquisição. A cada venda, a baixa é feita iniciando-se pelos custos mais antigos: no caso, pelos menores custos. Assim, através desta ficha temos um controle da quantidade estocada sempre pelo preço mais recente. Ou seja, as últimas compras. Por isso, este critério é chamado de Primeiro que entra, primeiro que sai;
- As devoluções de compras efetuadas aos fornecedores são escrituradas negativamente entre parênteses na coluna das entradas. Por outro lado, as devoluções de vendas recebidas de clientes são escrituradas negativamente entre parênteses na coluna das saídas. Assim, a soma da coluna das entradas corresponderá, efetivamente, ao valor das compras líquidas





e a soma da coluna das saídas corresponderá ao custo das mercadorias vendidas, ou seja, ao valor das saídas líquidas;

- As devoluções de compras deverão ser registradas na ficha de controle de estoques pelo valor pago ao fornecedor por ocasião da respectiva compra;
- As devoluções de vendas deverão ser lançadas pelos mesmos valores das respectivas saídas;
- Os gastos eventuais, tanto na devolução de compras como na devolução de vendas (fretes, seguros, etc.) devem ser considerados como despesas operacionais e não como custos. Portanto, os valores desses gastos não são lançados nas fichas de controle de estoques.

Para que você possa entender melhor o cálculo da baixa vamos demonstrar passo a passo. Veja no dia 27/02, a empresa vendeu 140 portas que deverá ser dada a baixa pelo valor de R\$100,00 que é o estoque de sua primeira aquisição, visto que no dia 08/02 ela já havia vendido 20 portas, mas sobre esta quantidade incide o mesmo custo, uma vez que é o seu saldo inicial, portanto tem que ser diminuído dele mesmo.

Continuando com nossa explicação:

Dessa primeira aquisição restam 80 portas. Pois bem, no dia 27/02 a empresa vendeu as 140 portas que deverá ser dada a baixa começando pelo estoque mais antigo que são as 80 estocadas. Em seguida pela aquisição feita no dia 10/02 que são 50 portas, e 10 portas adquiridas em 19/02, totalizando as 140 portas. Lembre-se de observar sempre as devoluções das mercadorias feitas pela empresa e pelos clientes. Uma vez que, ao dar baixa dessas mercadorias, tem que ser as existentes no estoque deduzidas de todas as devoluções.

10.4 UEPS

A sigla UEPS significa: ÚLTIMO QUE ENTRA, PRIMEIRO QUE SAI, que é também conhecida por LIFO, iniciais da frase inglesa Last In, First Out. Adotando este critério para valorização dos seus estoques, a empresa sempre atribuirá às suas mercadorias em estoque os custos mais antigos, guardadas as devidas proporções com as mercadorias que saíram do estabelecimento.



Para entender melhor, veja as sete operações apresentadas no início destes tópicos, devidamente registradas na respectiva ficha:

Observe que, neste caso, a coluna do saldo controla as quantidades, tendo em vista os respectivos custos de aquisição. A baixa é sempre feita pelos custos das últimas aquisições, guardadas as respectivas proporcionalidades dos custos de aquisição.

MERCADORIA PORTAS DE CEDRO TAMANHO 2,00 X 080M										
METODO DE CONTROLE UEPS										
DATA	ENTRADAS			SAÍDAS				SALDO		
	HISTÓ- RICO NF	QUANT	CUSTO UNIT	CUSTO TOTAL	QUANT	CUSTO UNIT	CUSTO TOTAL	QUANT	CUSTO UNIT	CUSTO TOTAL
05/fev	7002	100	100	10000				100	100	10000
08/fev	101				20	100	2000	80	100	8000
10/fev	8592	50	113	5650				80	100	8000
								50	113	5650
								130		13650
19/fev	9721	50	159	7950				80	100	8000
								50	113	5650
								50	159	7950
								180		21600
20/fev	115	(10)	159	(1590)				80	100	8000
								50	113	5650
								40	159	6360
								170		20010
27/fev	102				40	159	6360			
					50	113	5650			
					50	100	5000			
					140		17010	30	100	3000
28/fev	142				(5)	100	(500)	35	100	3500
	TOTAIS	190		22010	155		18510			

Veja o cálculo: no dia 08 a empresa vendeu 20 portas, o custo unitário será o mesmo do saldo, uma vez que anterior a essa data houve uma aquisição feita pela empresa. Portanto, essa quantidade vendida será diminuída do saldo inicial, tanto em valor quanto em quantidade.

Isso vale para os três métodos. A partir da segunda venda que a empresa faz é que haverá diferença entre um ou outro método. Observe: No dia 27/02 a empresa vendeu 140 portas, ou seja, sua segunda venda. Aplicando o





método UEPS, você dará baixa pela última aquisição feita pela empresa. Veja que a última compra feita por ela, foi no dia 19/02, numa quantia de 50 portas, porém no dia 20/02, a empresa devolveu 10 portas, o qual deverá ser diminuído do seu saldo.

Portanto, dessa aquisição existem apenas 40 portas com valor unitário de R\$159,00. Logo, quando a empresa efetuar a venda, a mesma deverá dar baixa pela última aquisição, ou seja, pelas 40 portas e continua a contabilizar a baixa pela penúltima compra, ou seja, anterior ao do dia 19/02, que será do dia 10/02 e, assim, sucessivamente até chegar à quantidade vendida.

10.5 Custo médio ponderado

Adotando este critério, as mercadorias estocadas serão sempre valoradas pela média dos custos de aquisição, atualizados a cada compra efetuada.

Para entender melhor, veja os sete casos apresentados no início deste tópico, devidamente registrados na respectiva ficha:

MERCADORIA PORTAS DE CEDRO TAMANHO 2,00 X 080M										
MÉTODO DE CONTROLE CUSTO MÉDIO										
	ENTRADAS			SAÍDAS				SALDO		
DATA	HISTÓ- RICO NF	QUANT	CUSTO UNIT	CUSTO TOTAL	QUANT	CUSTO UNIT	CUSTO TOTAL	QUANT	CUSTO UNIT	CUSTO TOTAL
05/fev	7002	100	100	10000				100	100	10000
08/fev	101				20	100	2000	80	100	8000
10/fev	8592	50	113	5650				130	105	13650
19/fev	9721	50	159	7950				180	120	21600
20/fev	115	-10	159	-1590				170	117	2010
27/fev	102				140	117	16650	30	117	3510
28/fev	142				-5	100	-565	35	117	4095
	TOTAIS	190		22010	155		17915			

10.6 Qual dos critérios deve ser utilizado?

Ao chegar neste item, você deve estar se perguntando, qual dos três métodos deverá ser aplicado? O mais aconselhável dos três critérios é o **CUSTO MÉDIO**, pois espelha maior realidade nos custos, no lucro e no estoque final. **O único não aceito pela legislação do Imposto sobre a Renda Brasileira é UEPS, pois distorce completamente os resultados, apresentando custo maior, lucro menor e estoque final diverso da realidade.** A empresa poderá adotar o critério que achar mais conveniente, mas se



usar UEPS deverá apresentar a diferença para tributação.

Para você não se esquecer, o cálculo é feito da seguinte forma: o custo total dividido pela quantidade. Porém, a cada compra você somará o custo total lançado na coluna do saldo com o custo total das entradas. Neste caso, você terá um novo saldo que dividirá pela quantidade da aquisição. A quantidade do saldo também será somada com a quantidade adquirida. No caso das vendas, a baixa do estoque será pelo custo unitário resultante da divisão (média).

Lembre-se: Nos três métodos todas as aquisições e devoluções da empresa são lançadas na coluna das entradas, porém você precisa ter muita atenção no caso das devoluções, o valor será lançado entre parênteses, pois ele será deduzido do saldo, como também a quantidade de mercadorias. Isso também ocorre com a venda e devoluções de vendas, ambas serão registradas na coluna das saídas, porém as devoluções serão entre parênteses significando a devolução dos clientes, isso aumentará o valor do saldo e da quantidade de mercadorias em estoque.



Todas as devoluções feitas pela empresa aos fornecedores diminuirão o saldo do estoque em mercadorias. E todas as devoluções feitas pelos clientes à empresa aumentarão o valor do saldo em estoque das mercadorias.

Resumo

Nesta aula busquei apresentar informações que ajudasse você a entender os critérios de avaliação dos estoques; a técnica de registro dos estoques e a elaborar o controle de estoque.

Prezado(a) estudante,

Enfim, você chegou a última aula dessa disciplina. É com prazer que parabeneizo seu empenho e demonstro minha satisfação de apresentar o conteúdo da contabilidade básica. Assim, desejo que a última aula seja uma leitura gratificante e traga informações úteis ao seu dia a dia profissional.

Vamos lá?



Aula 11. Depreciação

Objetivos:

- entender os critérios de depreciação;
- compreender a técnica de registro das depreciações; e
- calcular e registrar devidamente as depreciações.

Caro(a) estudante,

Nesta aula, abordaremos o tema depreciação, um método de contabilização que consiste em considerar, como despesa ou custo do período, uma parte do valor gasto na compra dos bens de uso da empresa.

11.1 Introdução

Saiba que a maior parte dos Ativos Imobilizados de uma empresa tem uma vida útil limitada. Por essa razão, a contabilidade deve proceder os cálculos e contabilização dos valores relativos à essa perda de capacidade de geração de recursos de tais ativos.

Na interpretação do fisco e da forma que por ele é admitida, os terrenos e obras de arte não estão sujeitas aos cálculos da depreciação. Para os demais, a Contabilidade deve estar atenta, pois a finalidade principal da depreciação é demonstrar, através do balanço patrimonial, a redução da capacidade de trabalho, traduzida em termos monetários. Esse é o motivo pelo qual a conta “depreciação acumulada” é uma conta REDUTORA dos valores do ativo imobilizado.

Ao se proceder a contabilização da depreciação, a contabilidade (através da DRE), está “diminuindo” o lucro da empresa, com o propósito de que aqueles valores sirvam como bússola para os administradores, bem como “separando” do lucro valores a fim de reposição de tais ativos. Dessa maneira, o lucro “diminuído” pela depreciação sofrerá uma tributação menor de IR/CSLL (para o caso de tributação pelo chamado lucro real) e, principalmente,



distribuição de lucros aos sócios/acionistas de maneira lúcida, ou seja, os valores próprios para reposição dos ativos já foram “separados”.

Existem dois métodos principais de calcular a depreciação: o **método da soma dos dígitos dos anos e o método linear**.

Para fins de nossos estudos, utilizaremos o método linear, pelo motivo de ser adotado pelo fisco e ser o mais usual na contabilidade das empresas.

Para o cálculo, a legislação do imposto de renda contém uma tabela de porcentagens para os tipos de imobilizado. A tabela abaixo está elaborada com seus respectivos percentuais (POR ANO-CALENDÁRIO), quando o regime de trabalho é de 08 (oito) horas/dia. Para o regime de dois turnos de 08 horas/dia, aplica-se o coeficiente de 1,5 e para o regime de trabalho de 3 turnos de 08 horas/dia, o coeficiente é de 2,0 (ambos aplicados sobre as porcentagens indicadas).

CONTA CONTÁBIL	PORCENTAGEM DE DEPREC.
Móveis e Utensílios	10% ao ano
Máquinas e Equipamentos	10% ao ano
Veículos	20% ao ano
Imóveis	4% ao ano
Tratores e similares	25% ao ano
Ferramentas	20% ao ano

OBS.: Tabela apresentada aqui somente com os principais ativos, para fins de estudos do tema.

11.2 Parte prática

Caro estudante, a seguir, teremos um exemplo para que você possa entender na prática o conceito de depreciação.

Considere os seguintes elementos para proceder o cálculo e contabilização da depreciação:

No balanço da empresa “X”, levantado em 31/12/X1, as contas do Ativo Imobilizado apresentavam os seguintes saldos: VEÍCULOS R\$ 85.500,00; MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS R\$ 38.700,00; MÓVEIS E UTENSÍLIOS R\$ 22.450,00; IMÓVEIS R\$ 225.900,00

Considere, ainda, que esses ativos tenham sido **adquiridos em 28 de de-**





zembro de X1 e que, portanto, sobre eles não foi contabilizado qualquer depreciação.

Dessa forma, calcule e contabilize a depreciação de cada um deles (conforme tabela acima), para o MÊS DE JANEIRO DE X2.

RESOLUÇÃO:

1) Procedendo o cálculo da depreciação, por tipo de ativo.

VEÍCULOS

$85.500,00 \times 20\% = 17.100,00$ ao ano

$17.100,00/12$ meses = **1.425,00** (valor contabilizável de deprec. p/ janeiro X2)

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

$38.700,00 \times 10\% = 3.870,00$ ao ano

$3.870,00/12$ meses = **322,50** (valor contabilizável de deprec. p/ janeiro X2)

MÓVEIS E UTENSÍLIOS

$22.450,00 \times 10\% = 2.245,00$ ao ano

$2.245,00/12$ meses = **187,08** (valor contabilizável de deprec. p/ janeiro X2)

IMÓVEIS

$225.900,00 \times 4\% = 9.036,00$ ao ano

$9.036,00/12$ meses = **753,00** (valor contabilizável de deprec. p/ janeiro X2)

2) Contabilização dos valores (lançamentos de 1º fórmula)

VEÍCULOS

D: Despesas com Depreciação	1.425,00
-----------------------------	----------



C: Depreciação Acumulada – Veículos 1.425,00

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

D: Despesas com Depreciação 322,50

C: Depreciação Acumulada – Maq. Equip. 322,50

MÓVEIS E UTENSÍLIOS

D: Despesas com Depreciação 187,08 (DRE)

C: Depreciação Acumulada – Mov. Utens. 187,08 (retificadora do ativo)

IMÓVEIS

D: Despesas com Depreciação 753,00

C: Depreciação Acumulada – Imóveis 753,00

3) Contabilização dos valores (lançamentos de 2ª fórmula)

D: Despesas com Depreciação 2.687,58

C: Depreciação Acum. – Veículos 1.425,00

C: Depreciação Acum. – M.Equip. 322,50

C: Depreciação Acum. – M. Utens. 187,08

C: Depreciação Acum. – Imóveis 753,00

A depreciação pode ser calculada mensalmente ou no final do ano, por ocasião da apuração do Resultado do Exercício.

A utilização dessa fórmula de lançamento não altera os valores da depreciação acumulada de cada conta do ativo e, por se tratar da mesma conta de despesa (DRE), torna-se mais fácil até mesmo para elaborar e visualizar o razonete.





Resumo

Nesta aula foram apresentados os critérios de depreciação, a técnica de registro das depreciações e as formas de calcular e registrar devidamente as depreciações.

Chegamos ao final da última aula. Acredito que tenha sido de grande valia este último conteúdo para que você possa elaborar cálculos referentes as depreciações existentes dentro da empresa em que você atua, ou pretende atuar.





Palavras Finais

Ao final dessa disciplina, você pôde ter contato com as noções da contabilidade básica e visualizar, no dia a dia, suas aplicações. O conteúdo proposto poderá auxiliá-lo nas atividades contábeis que envolvem cálculos fundamentais para o andamento do empreendimento. Desejo boa sorte na sua caminhada e parabênzo mais uma vez, por chegar até o fim dessa caminhada, que se realizou através da leitura disciplinada do conteúdo proposto.

Parabéns e até a próxima!





Guia de Soluções

Aula 1

1. Busque em livros ou na internet as informações solicitadas. Na internet, utilize um buscador de palavras e frases. Já nos livros impressos, você pode visitar uma biblioteca para buscar tais informações.





Referências

FRANCO, H. **Contabilidade Geral**. 23. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDICIBUS, S. & MARION, J. C. **Curso de contabilidade para não contadores**. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDICIBUS, S. & MARION, J. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDICIBUS, SERGIO. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SANTOS, J. DOS. (ET AL) **Introdução à contabilidade**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Obras Consultadas

ARAÚJO, I. P.S. **Introdução à Contabilidade**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. **Contabilidade introdutória**. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, JOSÉ CARLOS. **Contabilidade Básica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____ **Contabilidade empresarial**. São Paulo: Atlas, 1997.

MARION, J. C. **O Ensino da Contabilidade**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PADOVEZE, C. **Manual de Contabilidade Básica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RIBEIRO, O. **Contabilidade Básica Fácil**. 27. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, A. C. R. **Da Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.